PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 180ª reunião, realizada em 13 de março de 2019

Em 13 de março de 2019, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e o presidente suplente Anderson Silva de Aguilar. Representantes do poder público: Marcelo Landi Matte, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Joice Rodrigues da Cunha, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Laura de Morais Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (CRBio); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Antônio Sérgio Tonet, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Noraldino Lúcio Dias Júnior, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Polyana Faria Pereira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Diogo Dias Gonçalves, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Antônio Eustáquio Vieira, da Associação Pro Pouso Alegre (APPA); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Paula Regina Balabram, da Universidade Fumec; Alírio Ferreira Mendes Júnior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta**. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**. Em homenagem às vítimas do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, foi respeitado um

minuto de silêncio. Em seguida, executou-se o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu quero agradecer a presença de todos os conselheiros e conselheiras, cumprimentar a todos vocês, aproveitar a oportunidade que estou vendo que está chegando o nosso conselheiro deputado Noraldino Júnior e parabenizá-lo pela primeira vez agora assumindo também no Plenário do Meio Ambiente. Ele se soma também aos dois conselheiros mencionados, pelo CRBio e a Secretaria de Cultura. E a todos os demais conselheiros, bem-vindos para o ano de 2019, a nossa primeira reunião do Plenário. Quero cumprimentar a toda a sociedade civil presente, todos os servidores da SEMAD, IEF e IGAM, o Sindicato dos Servidores de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, na pessoa do seu presidente, Dr. Adriano Tostes, também presente; e imprensa. Todos se sintam abraçados e cumprimentados. Nós temos aqui hoje, excepcionalmente, a presença do vice-governador, que veio no início do governo também fazer uma fala com os senhores a respeito da importância que o Conselho representa para a formulação de políticas públicas para o nosso Estado. Nós também temos a presença do procurador-geral de Justiça, Dr. António Sérgio Tonet, e o convite foi feito ao advogado geral do Estado e ao coronel Borges, que é o chefe da Defesa Civil, que possam fazer uma abordagem inicial sobre tudo aquilo que foi realizado pelo governo após o trágico desastre da Vale na cidade de Brumadinho, no dia 25 de janeiro deste ano. Então eu vou delegar a minha apresentação hoje para a fala inicial das autoridades, que obviamente têm outros compromissos também a atender durante o dia. E aí nós seguimos com a pauta. Eu creio que os conselheiros teriam algumas considerações também a fazer nesse assunto, mas lembro que nós temos um item de pauta em que todas as ações serão feitas com mais densificação e com mais detalhes. Então os questionamentos relacionados a isso estão reservados para o item 5 da pauta, em que todas as entidades falarão, sobretudo a Defesa Civil, sobre todas as ações que vieram sendo realizadas. Então eu peço licença aos senhores para dar a palavra, inicialmente, ao excelentíssimo senhor vice-governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Paulo Brant.” Paulo Brant, vice-governador de Minas Gerais: “Boa tarde a todos. É com muito prazer que eu volto aqui. Eu já pertenci a este Conselho há alguns anos. Não sei se ainda é, mas na época Minas Gerais era uma referência do ponto de vista da governança em termos da participação da sociedade civil e do governo na discussão das questões ambientais. Eu não vou falar sobre o caso de Brumadinho, a tragédia de Brumadinho, porque acho que várias pessoas vão mencionar. Eu só gostaria de frisar, que é uma coisa que eu tenho insistido muito, que o papel fundamental dos governos nesse episódio, do Executivo, além, obviamente, de cuidar dos desassistidos e gerenciar o processo de reparação, a obrigação central é aprender com esse erro. Nós não podemos admitir que isso se repita. Infelizmente, parece que Mariana – não estou querendo fazer julgamento aqui –, mas a gente não aprendeu, e houve a repetição do mesmo lamentável episódio. Então, da parte do governo, o que estamos insistindo muito é que aprendamos,

efetivamente, com o que aconteceu, sem prejuízo, obviamente, das ações institucionais da Polícia, do Ministério Público, no sentido de apurar possíveis culpados e responsáveis. Mas, do ponto de vista do Executivo, é aprender com o que aconteceu para que isso não se repita mais. Falar rapidamente do ponto de vista geral. O novo governo assumiu em uma situação muito difícil do ponto de vista econômico e financeiro. E o grande objetivo que foi colocado, o único caminho para que possamos melhorar o Estado é retomar o processo de desenvolvimento econômico. Não há outro caminho. O Estado vai ter que fazer ajustes, política de austeridade total, completa, tentar reduzir a despesa pública. Isso tudo é fundamental. Fazer um acerto da dívida com a União. Tudo isso é importante. Mas a solução final vai passar pelo relançamento da economia de Minas, não só em termos de crescimento, mas, principalmente, em termos de redefinição, redesenho, diversificação. E esse episódio de Brumadinho colocou a nu uma fragilidade enorme da nossa economia, que é a dependência exagerada da mineração. Nós dependemos demais da mineração. Nada contra a mineração. A mineração é um setor da economia da maior relevância, mas a economia de Minas, estruturalmente, tem esse pé de barro. Então é fundamental que repensemos. E quando eu falo ‘nós’ não é, obviamente, o governo sozinho. O governo tem um papel, mas a sociedade mineira, as instituições têm que repensar a economia de Minas. Nós sabemos que há – naturalmente, isso não está errado, isso faz parte da realidade – uma tensão natural legítima e até saudável entre o crescimento da economia, o desenvolvimento da economia e a questão ambiental. Essa é uma tensão natural, não podemos relegá-la e colocá-la debaixo do tapete. É uma tensão natural, legítima e até saudável. E esse fórum aqui é o lócus mais adequado para que essa tensão seja harmonizada. Mas a tensão existe, nós sabemos que existe. E cabe ao governo, obviamente, desenvolver políticas que façam com que a questão ambiental seja fortalecida, que o Sistema seja energizado, que ganhe mais musculatura para que possa exercer com mais eficácia o seu papel. Muito se fala sobre o Partido Novo, que de certa forma presidiu a chapa que foi eleita. O Partido Novo é um partido liberal, mas há muita confusão sobre esse conceito de liberalismo. O liberalismo, na minha visão de ser, tem a ver com a essência da palavra liberdade, quer dizer liberdade de empreender, mais ênfase na sociedade civil do que no Estado. Mas, obviamente, nós não defendemos um liberalismo fundamentalista, que acha que o mercado que resolve tudo. É evidente que não é isso. Existem bens públicos que o mercado não dá conta, e um dos bens públicos fundamentais é exatamente a questão ambiental. Se o Estado não cuidar disso, se a política não cuidar disso, quem vai cuidar? Não é o mercado. Então nós não somos liberais fundamentalistas, que têm a concepção equivocada, extremada, de que o mercado resolve tudo. Nós entendemos que o processo de crescimento da economia, de diversificação da economia vai se dar dentro do setor empresarial, da iniciativa privada, do empreendedorismo. Não é o Estado que vai fazer isso. Mas obviamente que o Estado tem algumas responsabilidades que são

absolutamente indelegáveis, se o Estado não fizer, ninguém vai fazer. Eu estava, inclusive, comentando outro dia, conversando com alguns amigos ligados à área ambiental, sobre um pouco de polêmica em torno. Eu estava comentando até hoje com o nosso secretário Germano. Sobre um termo que foi usado da questão da flexibilidade. E o Germano – eu vou cometer uma inconfidência aqui –, que falou: 'Eu não vou falar em flexibilidade, eu vou falar em modernização'. Eu acho a palavra 'modernização' muito ruim, 'modernização' é uma palavra muito vazia. O que é modernização? O nosso poeta Drummond de Andrade já falava: 'Cansei de ser moderno, agora quero ser eterno.' A modernização é uma palavra vazia. Uma vez perguntaram ao João Guimarães Rosa por que ele gostava de ficar inventando palavra, criando palavras nos seus livros. Ele disse assim: 'Não é por frescura, não é por diletantismo, não é por erudição idiota. Não é isso, não.' É porque – ele dizia – 'as palavras foram feitas para expressar ideias, e muitas vezes ocorre, no dia a dia – aí eu gostei muito do conceito que ele criou – um processo de erosão semântica, as palavras vão perdendo o significado'. Então, por exemplo, não sei se vocês concordam: peguem a palavra 'sustentabilidade'. Ela virou uma palavra meio sem sentido, todo mundo é 'sustentável', tudo é 'sustentável'. O que é sustentabilidade? De repente, houve um processo de erosão, talvez seja preciso ressignificar a palavra ou criar uma palavra nova. Então essa palavra 'flexibilização' sofreu um processo de erosão, porque, quando falamos em 'flexibilizar', dá a ideia de 'enfraquecer'. Mas é o contrário, o flexível é o forte, o rígido é o fraco. Rigidez não é sinônimo de força. Pelo contrário, é sinal de fraqueza. No limite, a rigidez absoluta é o cadáver. A força está na flexibilidade. Não no sentido de perder força, mas no sentido de tratar desigualmente os diferentes, no sentido de sair daquele duo desconfiança com impunidade e passar para confiança com punição, confiar e punir, e não desconfiar e não punir. Então eu acho que o conceito de flexibilidade é bom, mas o importante é que é a política ambiental seja eficaz, seja firme e não rígida. Porque a rigidez, com todo respeito, não é sinônimo de fortaleza. Para mim, ela é sinônimo de fraqueza. Então eu gostaria, se eu fosse o nosso secretário, continuaria defendendo a flexibilização. O flexível é o bom, é o forte, é o que se adapta, que tem estrutura, tem princípio, mas se adéqua aos contextos e às circunstâncias que vão surgindo ao longo do tempo. Então a minha palavra no final é uma palavra de confiança. Eu acho que este Conselho tem um papel fundamental. É claro que o governo tem o seu protagonismo na formulação de políticas, na condução da política de licenciamento, mas este Conselho é que eu acho que tem que ser o Conselho que vai, de certa forma, nos ajudar a avançar no processo de tornar o Sistema mais confiável, mais firme, mais robusto e mais flexível, no sentido de ter em conta as diferenças, as peculiaridades, as especificidades. Porque hoje o mundo é muito dinâmico, nós estamos vivendo hoje a maior revolução tecnológica da história da humanidade, nós temos que nos adaptar a isso. As nossas instituições têm que ser, aí, sim, talvez, 'modernizadas', revigoradas, entrar em sintonia com esse novo mundo que está, porque é isso que vai tirar o Estado da situação em que

estamos. Eu sou mineiro da gema, nasci aqui, sempre morei aqui, e toda vez que eu saio de Minas, vou para São Paulo, vou para outro país, eu volto triste, profundamente triste. Nós estamos muito atrasados. Nós temos um Estado potencialmente fantástico, temos a coisa mais importante que existe nesse novo contexto econômico e tecnológico, que é gente qualificada. Você vai a São Paulo e tromba com mineiro para todo lado, nas grandes empresas. Os mineiros estão indo embora porque não tem emprego aqui em Minas Gerais. Um amigo meu se propôs, há um tempo, a ser candidato ao Senado pelo Partido Novo, e depois acabou não sendo, por vários motivos. O lema da campanha dele era o seguinte: 'Quero minha família de volta'. Por quê? Os filhos dele estão todos em São Paulo, os cunhados estão em São Paulo, as irmãs estão em São Paulo, gostariam de voltar para cá e não encontram possibilidade de emprego. Então esse é o grande desafio que nós temos, gerar trabalho, gerar oportunidade de emprego para esses talentos que estamos mandando embora. Nós não podemos fazer isso. E obviamente que essa tensão meio ambiente e crescimento econômico é real, não pode ser colocada debaixo do tapete, tem que ser encarada de frente, democraticamente, com muita tecnologia, com muita abertura, com muito diálogo, sem intolerância. Eu acho que este fórum aqui, não sei se outros Estados têm esse formato de governança, que eu acho que é fantástico para que possamos tirar Minas dessa crise que estamos vivendo." Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de Justiça de Minas Gerais: "Doutor Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente deste órgão, na pessoa de quem eu saúdo todas as autoridades já nominadas e, em muito especial, senhores e senhoras conselheiros deste Conselho, certamente no órgão do Estado o conselho mais representativo que existe. Todos os segmentos sociais estão aqui representados, a iniciativa pública, privada, a academia, enfim, todos com grandes responsabilidades no tocante à política ambiental do Estado de Minas Gerais. E evidentemente que esta reunião é emblemática, é simbólica, porque é a primeira reunião após a tragédia de Brumadinho. Então é natural que, com a capilaridade que os senhores e senhoras têm na sociedade, obtenham aqui informações importantes do que tem sido feito no âmbito das instituições para apuração das causas e a definição das responsabilidades por mais essa tragédia. E evidentemente que, como essa tragédia ganhou uma proporção internacional, há uma preocupação internacional hoje com a segurança de barragens em Minas Gerais – mesmo porque muitas empresas são multinacionais, tem reflexos humanos e econômicos que extrapolam as nossas fronteiras, se esse órgão, o COPAM, já era um órgão importante e monitorado pela sociedade civil, pela imprensa, a partir de agora e, principalmente, com a nova legislação que foi aprovada pelo Estado de Minas Gerais, certamente este órgão terá ainda mais responsabilidades e será ainda mais acompanhado. Então daí a importância e a necessidade de os conselheiros terem todas as informações disponíveis para que possam proferir os seus votos, as suas manifestações e se posicionarem perante as instituições que representam. No âmbito do Ministério Público, já há muito

tempo nós temos as Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, das Políticas Públicas, das Políticas Urbanas, e o nosso trabalho tem sido preventivo e também repressivo em todas as frentes. No âmbito da mineração, com a tragédia de Mariana, a nossa expertise começou a se acentuar um pouco mais, a nossa experiência, nesses dois aspectos, e de um trabalho conjunto também com outras instituições. Sobreveio, então, a nova tragédia, de Brumadinho, e a primeira preocupação que nós tivemos, no primeiro dia, já na sexta-feira, foi de fazer uma harmonização das instituições responsáveis pela apuração dos danos e das responsabilidades. Porque no episódio anterior cada instituição – Ministério Público Federal, Estadual, do Trabalho, Defensoria Pública da União, do Estado, do Espírito Santo também, AGE, AGU –, cada qual passou a fazer o seu trabalho de forma isolada dando o seu melhor, mas com muito retrabalho, muitas vezes, com medidas antagônicas. Não por má-fé ou incompetência, mas por falta de entrosamento mesmo. Então no primeiro dia eu já conversei com o senhor governador, com o Dr. Sérgio Pessoa, com o próprio secretário, e nós constituímos uma força-tarefa interinstitucional, já na sexta-feira, no dia do episódio, no dia da tragédia, envolvendo o Ministério Público Estadual, Federal, do Trabalho, as Defensorias Públicas da União, do Estado, a AGE, a AGU, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a SEMAD. Enfim, nós passamos a trabalhar de forma organizada. Isso permitiu que muitas ações que não foram levadas a efeito na época da tragédia em Mariana o fossem agora. No primeiro dia o MP entrou com uma cautelar e conseguiu um bloqueio de R$ 5 bilhões para a área socioambiental. No dia seguinte, mais R$ 5 bilhões, para a área socioeconômica. A AGE, da mesma forma, entrou imediatamente com uma ação também e conseguiu bloquear aproximadamente R$ 1 bilhão. Isso já tranquilizou, de uma certa forma, a questão das reparações dos danos ambientais e socioeconômicos, algo que até hoje, infelizmente, não há uma certeza com relação ao andamento quanto a Mariana. Isso já colocou a Vale, digamos assim, em uma posição bastante fragilizada e única. Nós dissemos, logo no início, ‘nós não vamos aceitar...’ E foi uma fala até dura do Dr. Sérgio Pessoa, em uma reunião que nós fizemos. ‘Nós não vamos aceitar intermediários, nós não vamos aceitar transferência de culpa e de responsabilidades.’ Isso já foi colocado desde o primeiro momento, e a Vale sentiu que nós estávamos, como estamos, organizados para enfrentar esse problema, essa situação ao longo dos anos, algo que vai se perpetuar durante muito tempo. O MP trabalha com três frentes, essa força-tarefa trabalha com três frentes: na reparação dos danos ambientais e apuração de responsabilidades; na assistência às vítimas. Todo tipo de assistência, deslocamento, hotéis. Enfim, o que é o principal também nesse caso, que é a indenização não só das famílias que tiveram mortes, mas também a questão econômica do trabalho que ficou prejudicado. Isso tem sido feito também em conjunto. E a situação tem evoluído. Nós entramos com diversas cautelares para obrigar a Vale prestar esse tipo de assistência. Conseguimos um acordo bastante importante no âmbito da ação proposta pela AGE, uma coisa que nós

consideramos inédita pela rapidez. Com o Poder Judiciário, tanto na área cível quanto criminal, tem sido muito célere, muito eficaz. Tem proferido decisões cautelares de busca e apreensão, de prisões, de acautelamento, tanto é que já acautelou cerca de R$ 13 bilhões, um dinheiro que já está disponibilizado, não há o menor risco de, digamos assim, calote, porque é uma quantia que deve bastar, e, se não bastar, nós vamos buscar novos bloqueios. E na área criminal. É difícil o procurador-geral do Estado falar e tecer detalhes, porque existem estratégias sigilosas do Ministério Público Estadual, Federal, da Polícia Civil e da Polícia Federal no que concerne a essas apurações, mas muitas prisões já foram feitas, medidas de buscas e apreensões. Os inquéritos e os procedimentos de investigação estão caminhando bem, nós estamos avançando. A prova, digamos assim, é muito pericial. Diversas empresas estão trabalhando, diversas consultorias, diversos órgãos estão trabalhando na definição dessas responsabilidades. É menos difícil atribuir responsabilidade à Vale nas esferas cível e ambiental, porque a responsabilidade é objetiva, tanto da empresa como dos gestores, que, de uma certa forma direta ou indireta, operavam nesse ambiente. Mas na área criminal nós precisamos de prova, precisamos especificar a conduta. Então o trabalho tem que ser mais sólido, mais consistente para apresentar ao Poder Judiciário uma denúncia criminal que depois não vá se esvair em razão da falta de uma justa causa. Então com essas considerações eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade. O Ministério Público vem atuando no COPAM já há muitos anos, tanto no Plenário quanto nas comissões temáticas, especialmente na questão das licenças. Nós não temos assento de voto, mas nós sempre estamos subsidiando o órgão com pareceres, com normativas, com notas técnicas para que possamos ter uma segurança permanente nos nossos licenciamentos. Então com essas considerações eu agradeço a presença e parabenizo o trabalho dos conselheiros, especificamente neste órgão, e agradeço a oportunidade dessa manifestação." Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado: "Senhor secretário de Meio Ambiente, meu colega de secretariado, colega Germano, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades que integram a mesa. Senhores conselheiros, a audiência que participa desta reunião. Agradeço de início o convite formulado pelo secretário de Meio Ambiente para estar presente nesta primeira reunião do Conselho após a tragédia de Brumadinho e com o objetivo e propósito de nivelar informações, evidente que de maneira sintética, mas desde já nos colocando à disposição na Advocacia Geral do Estado para interlocuções e para esclarecimentos sobre o olhar jurídico da questão à disposição por intermédio do secretário e de todos os integrantes do Conselho. Duas palavras colocadas pelo senhor vice-governador e pelo procurador-geral de Justiça eu diria que marcam o início dessa interlocução e do desafio que é realmente realizar as ações para a reparação dos danos na sua dimensão ambiental e socioeconômica, que são harmonia e diálogo. A preocupação, desde o primeiro momento, foi de estabelecer uma interlocução institucional, não só interna, no âmbito do Poder Executivo, entre as diversas

secretarias envolvidas com esse trágico acidente, mas, sobretudo, uma interlocução institucional, interinstitucional, republicana entre as instituições jurídicas, para além da advocacia pública no âmbito estadual e federal, mas, sobretudo, com as instituições jurídicas de controle, Ministério Público Estadual e Federal, com apoio, inclusive, das Defensorias Públicas também no plano estadual e federal, na busca de convergências, de atuação coordenada. O que foi aqui relatado pelo procurador-geral de Justiça, de fato, ocorreu desde o dia 25 de janeiro, uma preocupação primeira em resguardar os atingidos do ponto de vista da dignidade e da subsistência. Desde a primeira hora, o governador e o senhor vice-governador determinaram à Advocacia Geral do Estado a adoção das medidas necessárias nesse primeiro horizonte das medidas emergenciais, que fossem adotadas no plano administrativo e judicial. Ajuizamos, no próprio dia 25, uma medida no propósito de acautelamento de recursos perante a empresa, cuja responsabilidade, inegável e notoriamente, é objetiva, com vistas na orientação do governador de resguardar os atingidos. Então a medida de bloqueio, que, posteriormente, espontaneamente, a empresa realizou o depósito de R$ 1 bilhão, era integralmente destinada a essas medidas emergenciais, que consistiram, ao longo da tramitação do processo, de estabelecer parâmetros de pagamentos emergenciais mínimos para o restabelecimento dessa condição de dignidade e de subsistência. A angústia é grande, tanto das instituições públicas e, sobretudo, dos atingidos. O processo, naturalmente, tem o seu trâmite formal, burocrático, mas avançamos, de lá para cá, bastante. Já há uma definição de parâmetros de pagamentos emergenciais: um salário mínimo para pessoa adulta, meio salário mínimo para adolescente e um quarto de salário para criança. Não apenas aos habitantes de Brumadinho ou aqueles que se encontravam na área de autossalvamento, mas para todos os munícipes de Brumadinho. E em uma extensão talvez inédita também a todos aqueles habitantes dos municípios que foram atingidos ao longo da Bacia do Rio Paraopeba, considerado o leito do rio, 1 km para dentro do continente. Então é um contingente significativo de pessoas e, principalmente, em razão de nesse episódio termos uma tragédia humana sem precedentes no mundo, muito mais significativa do que ocorreu no episódio de Mariana. O processo neste exato momento alcança um segundo movimento. Para além dos pagamentos emergenciais, houve também a preocupação – ainda que periférica, mas relevante – de ressarcimento dos custos incorridos pelo Estado de Minas Gerais e, para além do Estado de Minas Gerais, não só considerado o Poder Executivo, mas o próprio Ministério Público, a Defensoria Pública, no plano sempre estadual e federal. Na perspectiva, no caso do Estado de Minas Gerais, que não é situação singular do Estado, mas toda a Federação e os demais Estados igualmente, em situação de calamidade financeira, não se prepara para qualquer tragédia. Na verdade, empreende esforços, o que tem sido feito desde a primeira hora pelo governador, de recuperação do Estado e da situação em que se encontra para um horizonte mais factível de atuação e de estabilidade, não só financeira, mas, sobretudo, econômica, como relatou o vice-governador. Mas a

preocupação, então, foi de estabelecer mecanismos que propiciem esse ressarcimento. E no acordo parcial já firmado na ação judicial se estabeleceu que competirá ao Estado apresentar, por declaração dos respectivos ordenadores de despesa, os custos incorridos, que serão submetidos à empresa, que fará o pronto ressarcimento. Já ocorreu o primeiro ressarcimento, na cifra expressiva de R$ 13 milhões, e já foi apresentada uma nova consolidação de valores, que significam a cifra de R$ 90 milhões. A empresa já está com esse documento, e teremos uma audiência no processo, no dia 21 de março corrente, com a expectativa de que se processe já, se não a integralidade desse ressarcimento, parte substancial. Em relação ainda aos ressarcimentos, é importante registrar que esse processamento está sendo consolidado. A partir de orientação do vice-governador, foi constituído no âmbito do Poder Executivo, por força de decreto, um Comitê Pró-Brumadinho. Esse comitê executivo congrega, para além da vice-governadoria, que o coordena, as demais Secretarias de Estado envolvidas na questão, e aberto às instituições jurídicas do Estado, sobretudo ao Ministério Público e à Defensoria Pública, com o propósito de coordenar a governança desse processo, tanto no ambiente interno do Executivo, como nas interfaces que se estabelecerão em relação às instituições jurídicas, de modo que se tenha musculatura e se possa, a partir do tempo que passa, começarem a ter conteúdo os planos de recuperação nas dimensões ambiental e socioeconômica. A dinâmica do processo será estabelecer empresas que serão custeadas pela Vale, uma empresa que prestará assistência técnica aos atingidos, de modo que eles possam restabelecer no tempo as suas atividades, e outra empresa de consultoria que apoiará a elaboração dos planos de recuperação integral, que farão a mensuração da dimensão desses danos – aqui eu sempre me refiro ao dano ambiental e ao socioeconômico – empresa essa que, então, submeterá aos órgãos públicos, para validação, o plano. Para além de submeter ao próprio Poder Judiciário, na ação que está em curso, essa criação do Comitê Pró-Brumadinho visará à consolidação e governança de todo esse processo, com os atores envolvidos do Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, mas também uma articulação que permita uma análise deste plano que será apresentado, fixando um cronograma de ações de curto ou curtíssimo prazo, de médio prazo e de longo prazo. Nós estamos aqui, à semelhança da situação de Mariana, cuidando de uma tragédia ambiental e socioeconômica que terá uma reparação no tempo no horizonte bastante ampliado. Na medida, então, que será necessária toda essa concatenação e governança na atividade para que ela seja bem-sucedida. Daí esse ineditismo a que o Dr. Tonet fez referência dessa interlocução madura, republicana e institucional de todas as instituições, dos poderes, exatamente em razão da dimensão da questão e da necessidade, que isso não é uma ação de governo, é uma ação de Estado, com o propósito, realmente, de termos no tempo uma reparação. Para além dos danos, também as medidas compensatórias, que serão avaliadas pela consultoria contratada, pelo Comitê Pró-Brumadinho, e ao fim e ao cabo também certamente será objeto de avaliação no ambiente aqui do COPAM. As medidas compensatórias têm sido

cogitadas. Entre vários, eu posso exemplificar dois aspectos que me parecem relevantes, a nova dimensão que se quer estabelecer no município do ponto de vista cultural, do ponto de vista de turismo. Nós temos instalado no município o principal museu a céu aberto do mundo e que já representa, em termos turísticos, uma referência não só nacional, mas também hoje com dimensão mundial, que é o Inhotim. Então a medida compensatória de se instalar uma via férrea que ligue o Museu de Ofícios, na Praça da Estação, ao museu de Inhotim, em Brumadinho, para além da recuperação, por exemplo, de atividades culturais e gastronômicas naquela região de Brumadinho. Que já era até uma atividade econômica periférica da mineração que vinha sendo consolidada na região. Outra medida compensatória é a imposição à Vale de contribuir com as medidas necessárias, tecnicamente, no estado da arte dessa tecnologia, do descomissionamento das barragens com a tecnologia a montante. Para além das suas próprias barragens nos seus empreendimentos, estender essa tecnologia e essas atividades já tecnicamente desenhadas em projetos para as demais barragens que sejam exploradas, ainda que por outras mineradoras. Então é essa a dimensão que eu gostaria de nivelar e de compartilhar com o Conselho, e para o fim ainda arrematar que nessa interlocução institucional, por iniciativa do advogado-geral da União, que esteve em interlocução presencial nesta semana, em Belo Horizonte, com o Dr. Tonet, comigo lá na AGE, as instituições públicas também integrando esse grupo, a Controladoria Geral da União e a Controladoria Geral do Estado, revisitarão o programa da Vale em relação a compliance, programa de integridade, principalmente sob a ótica ambiental, de modo que esse programa seja cogerido pelas instituições públicas, acompanhado e com a segmentação necessária da legislação no sentido de atribuir à Vale a responsabilidade, que é objetiva, a reparação integral dos danos na situação, tanto de Mariana, mas, sobretudo, agora em Brumadinho. E para o futuro definido a fiscalização, que é pela legislação de competência dos órgãos federais, da Agência Nacional de Mineração e com a atuação subsidiária dos órgãos do Sisema, em Minas Gerais, que contribuem, a partir do monitoramento, naquilo que a Agência entende como necessário para o desempenho das suas atribuições de fiscalização, possa contribuir para o acompanhamento contemporâneo do cumprimento desse programa de integridade ambiental. É o cenário colocado, a ação segue e seguirá ainda por alguns meses. E só para dizer que já foi proposta a ação principal pelo Estado de Minas Gerais. O Ministério Público é também autor, porque migrou para o polo ativo dessa ação como lidice consorte processual, uma terminologia do direito, que significa dizer que também é autor e poderá aditar os pedidos do Estado na visão e na compreensão que o Ministério Público tem e na contribuição para o aperfeiçoamento da ação, criando a musculatura necessária para essa interlocução com a empresa, que será sempre muito firme e muito propositiva, no cenário de buscar diálogo e cumprimento em prazos, sempre que possível, mais exíguos do cronograma para satisfação final do interesse da sociedade do município de Brumadinho e dos municípios que estão ao longo do leito do rio

Paraopeba. Agradeço a oportunidade." **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Eu queria cumprimentar o superintendente da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, o Dr. Jânio, que, a nosso convite, apesar de não ser conselheiro do Plenário do COPAM, foi convidado e aqui se faz presente, tendo suspendido suas atividades de início da tarde para estar aqui. Muito obrigado, Jânio. Nós temos, pelo Regimento, 30 minutos para os comunicados dos conselheiros e assuntos gerais. Eu vou fazer essa abertura agora, ainda com a presença das autoridades, para vocês fazerem suas observações e colocações com a presença deles, mas peço que as questões mais densificadas, mais relativas ou que precisam de uma resposta mais dos técnicos e dos presidentes, que temos também o item 5 da pauta. Então para tentarmos observar, neste momento, só os 30 minutos, e que eu gostaria que nesses 30 minutos estivesse inserido o tempo também de que a sociedade civil dispõe. São seis pessoas que se inscreveram para falar também neste item. Então eu peço que os conselheiros sejam bastante objetivos para que possamos abrir a palavra às pessoas que se inscreveram e que façamos isso nos 30 minutos. E aí começamos, de fato, a apresentação do coronel Borges e de todo o Sisema sobre as ações que foram executadas pós-desastre. Todos de acordo? O conselheiro Tonhão está sugerindo que os inscritos falassem primeiro, e depois os conselheiros. Os senhores se importam? Então com a concordância de todos passamos aos inscritos, e depois os conselheiros falam." Lauriceu Tavares: "Boa tarde a todos, senhores conselheiros, conselheiras, autoridades, vice-governador. O senhor ganhou lá na minha cidade, vice-governador, no segundo turno. Nesta época de tragédias anunciadas, perdoem-me, isso não foi um acidente, isso já era uma coisa anunciada, e a própria Vale sabia que aquela barragem ia estourar. Eu gostaria de perguntar para as autoridades aqui do Judiciário quais as medidas e responsabilidade civil dessa empresa? Ela cometeu o crime, ela matou pessoa. Se ela matou pessoas, tem que ser acionada e responder por isso. Fala-se muito em indenização, dinheiro para lá, dinheiro para cá, mas dinheiro não traz vida de volta. Mas eu não estou aqui para falar – apesar de que esse é o assunto do momento – de tragédia da Vale. Eu estou aqui para falar de uma atividade que tem na minha cidade, Sarzedo, que é uma incineração de lixo tóxico, que é a Ecovital. Apesar de que nós temos uma barragem na nossa cabeça lá, que não é da Vale, é da Itaminas. Eu gostaria que este Conselho, que esta Secretaria vistoriasse aquilo, porque não adianta mais, daqui a algum tempo, vir aqui e prometer indenização para nós, porque queremos ficar vivos, não queremos morrer. Mas eu quero falar, senhores conselheiros, principalmente me dirigir a vocês, a respeito da revalidação da licença operacional da empresa Ecovital, que é o maior incinerador de lixo tóxico da América Latina, como eles bem disseram, instalado a menos de 300 m das nossas casas. Desde 2015, senhores conselheiros, nós vimos lutando. O senhor secretário Germano, nós já estivemos com ele. O senhor não deve se lembrar, não é, secretário? Mas já estivemos com

o senhor para falar desse assunto, do nosso drama, do nosso medo, do nosso pavor. Porque a literatura nos diz que incineração não é a solução, a incineração transforma um produto em outro até mais perigoso que o original, transforma lixo tóxico em dioxinas, que geram, entre outros males, malformação fetal e câncer. Desde 2015, senhores conselheiros, nós estamos com esse drama. Ninguém dorme sossegado com fedor desgraçado – perdoem-me o termo –, um fedor insuportável, sufocante. A 300 m da casa da pessoa. Nós não conseguimos compreender como uma Secretaria de Estado do porte de Minas Gerais consegue conceder Licença de Operação, juntamente com a Prefeitura de Sarzedo, para um incinerador praticamente dentro das nossas casas, sem avaliar os impactos que pode ter causado, pode causar e causa para a saúde das pessoas. Por isso, eu estou aqui, senhores, na condição de representante dos moradores. Porque é longe, não sei se vocês conhecem Sarzedo, se já tiveram oportunidade de ter ido lá. É longe, as pessoas não podem vir, não têm condição de vir, e foi tirada uma comissão, e eu sou um dos representantes dessa comissão. Tem outros representantes aqui, que vão usar a fala. Nós estamos aqui implorando para que vocês saiam do papel frio e calculista manipulado que chega até vocês, que a empresa prepara, que a empresa vai até onde vai agradar os olhos e ouvidos de vocês. E vocês vão lá – perdoem-me a sinceridade, a minha ignorância talvez no assunto –, dentro de papéis frios, e autorizam o licenciamento, por dez anos, de um incinerador, do maior incinerador de lixo tóxico. Deus sabe lá o que eles queimam lá, como queimam, onde descartam, como descartam, qual a qualidade de ar que nós estamos respirando. Quem monitora? A Prefeitura de Sarzedo? Eles nem sabem por onde começar, eles não têm condição técnica e competência de instrumento para fiscalizar ninguém. E eu não vejo – perdoe-me, senhores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais – a presença do Estado lá de forma efetiva. Nós acreditamos que a própria empresa, senhores conselheiros, é que se autofiscaliza, como a Vale faz, como as mineradoras fazem. Perdoem-me se eu estiver falando bobagem aqui, mas o feeling de cidadão que temos é esse, é que a própria empresa se autofiscaliza. E traz laudos, traz documentos, e acontecem tragédias anunciadas, como essa tragédia da Vale, que não é a primeira. É a segunda, é um absurdo. Daqui a pouco nós vamos começar a contar pessoas com caso de câncer na nossa cidade, e não vamos ter nem um nexo causal, não vamos nem dizer ‘foi isso que aconteceu, por causa disso’. Porque não tem um estudo, não tem uma viabilidade, não tem um acompanhamento técnico. Não tem nada, é cada um por si, e Deus por todos. E a população lá clamando por atenção. O senhor vice-governador falou em flexibilidade. Senhor, use dessa flexibilidade e vá lá conversar com o povo. Eu sei que a sua agenda é cheia, mas vá lá conservar com o povo, com a dona Maria, com o senhor José, com o Sr. Rafael, que está ali. Bata na porta dele. Nós acompanhamos o senhor. Esse convite é estendido para os senhores conselheiros também. Antes de vocês avaliarem isso, pelo amor de Deus, ouçam a população da cidade, vão lá em praça pública, chamem o pessoal, ‘vem cá,

vamos conversar aqui na praça do Coreto', um bairro lá próximo da Ecovital. Nós vamos conversar com o pessoal lá para vocês verem o drama que essas pessoas estão passando, que nós estamos passando, com doenças de alergia, doenças respiratórias, os idosos, as crianças sofrendo demais. Nós clamamos para que vocês não concedam essa licença sem antes ouvir a população, ouvir o que nós estamos passando lá. Porque não adianta nada daqui a um tempo estar se cobrando indenização da Ecovital. Eles nem de lá são, eles não são do Estado, são da Queiroz Galvão e estão preocupados em ganhar dinheiro. Porque ninguém quer incinerador perto, e eles querem vir para cá. 'São bobinhos, uma cidadezinha lá de Minas Gerais'. Está aqui feito o pedido para vocês, o clamor para que vocês, conselheiros e conselheiras, o senhor vice-governador, o secretário de Meio Ambiente, vão ouvir as pessoas lá. Nós estamos à disposição, e vocês são bem-vindos." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Eu queria perguntar para o senhor se hoje mesmo, após a nossa reunião do COPAM. Eu me lembro, sim, depois nós já tivemos algumas ações. Ontem mesmo, a deputada Celise me fez uma ligação falando sobre o mesmo caso. Hoje nós estamos aqui com a FEAM presente e com o subsecretário de Licenciamento. Se os senhores puderem continuar aqui até o final da reunião, nós nos dispomos, hoje mesmo, falar sobre essas ações." Marli Beraldo: "Boa tarde, meu nome é Marli Beraldo, eu moro lá em Sarzedo também. Eu faço parte de uma associação de catadores de materiais recicláveis na cidade, que se chama Acamares. E a Acamares, a nossa sede fica no distrito industrial, nós somos vizinhos dessa empresa Ecovital. Eu vou só completar a fala do senhor Tavares no sentido seguinte. Primeiro que nós moramos em uma cidade pequena da grande BH. Sarzedo é uma cidade muito gostosa de se viver, é uma cidade boa. E nós estamos passando lá por problemas ambientais, assim muito difícil. Eu faço parte do Codema no município, e a empresa Ecovital é indesejada pela população de Sarzedo. Eu não sou técnica de meio ambiente, não entendo questão ambiental técnica nessa área. Na área de resíduo, até que, modéstia à parte, eu busco entender um pouco. Mas na área da Ecovital, em específico, não. Mas eu entendo que respiro mal, entendo que a população respira mal, eu sinto odor e sinto que ela é indesejável. Eu sinto que nós ficamos inseguros. E tem uma coisa de que eu entendo, que se chama território. Como se tem um dos maiores incineradores da América Latina no quintal das pessoas? O que significa para nós, a população de Sarzedo? Aí eu peço aos senhores para sair só do papel técnico e avaliar e ouvir a população de Sarzedo. A população de Sarzedo clama para essa empresa sair da nossa cidade. Ela não é a geradora de emprego e renda, não cumpre o papel social na nossa cidade, não tem interlocução com a comunidade de Sarzedo, não tem relação de afeto com a comunidade, de construção coletiva com a comunidade e nem financeiramente, no modo capitalista, ela também traz impacto para nossa cidade. Então eu queria que fosse avaliado pelo COPAM. Para nós, é de extrema importância. Eu, enquanto catadora, enquanto mulher, que moro no município há 40 anos, tenho verdadeiro afeto pela minha cidade, quero que ela cresça e sei que

nós vamos crescer com a indústria, nós vamos ter essa coisa de trabalhar mesmo. E aí o vice-governador falou sobre a questão da flexibilidade, falou sobre essa questão de revigorar, de estar frente a frente da construção dessa questão da coletividade, da democracia. Eu não acho nada mais democrático do que ouvir: será que a população de Sarzedo quer, de fato, essa empresa lá? Quais os danos que ela traz para nós? Por que a 200 m da casa das pessoas existe um incinerador? Que são indesejados no Brasil. E nós acordamos um dia com ele lá. Eu nunca nem tinha pensado naquele incinerador na minha vida e de repente acordo com essa situação na cidade. E na nossa cidade nós não queremos a Ecovital, como está lá. Eu falo isso com muita propriedade e convido vocês a pesquisarem a cidade e saberem sobre isso." Milton Souza: "Boa tarde a todos, boa tarde à mesa. Meu nome é Milton, eu moro em Sarzedo há 12 anos e exerço ministério pastoral naquela cidade. Sou pastor. Também sou vice-presidente do Conselho de Pastores da cidade. E o que me traz aqui é o entendimento de que nós somos muito mais do que números. Porque muitas pessoas morreram nessa situação toda, mas ali foram vidas. Por exemplo, eu tenho alguém muito próximo da família que tanto o pai como a mãe deixaram gêmeos de 10 meses. Eu peço a Deus que dê a vocês, conselheiro, muita sensibilidade no meio disso tudo, porque ali não são só números, são pessoas. E que Deus dê essa graça para vocês. Eu conheço um pai, amigo, que voltou de licença paternidade na semana e não voltou para casa. Mas eu vim aqui também porque moro do lado de Sarzedo, então nós perdemos muitos amigos ali, sobretudo, para tentar ser a voz de algumas crianças e idosos. Porque, como pastor, eu saí do meu gabinete um dia e bati em algumas portas, e nas portas em que eu bati, para pegar depoimentos que foram entregues ao Ministério Público, à Assembleia Legislativa e também à Câmara Municipal, nós ouvimos coisas estarrecedoras e absurdas. Entre elas, uma senhora que mora lá em Sarzedo há 55 anos, que ouviu de um médico: 'Se a senhora quer viver, saia daqui, porque, se a senhora continuar, a senhora morre'. A menos de 30 dias, uma pessoa do meu convívio morreu com problema respiratório. E ela foi orientada a sair de Sarzedo para ter uma melhora da sua saúde. Ela estava morando em Vitória, mas foi condenada, antes de morrer, a viver no oxigênio. Nós temos lá em Sarzedo, diante dessa situação, um odor terrível. E a conversa de todas essas pessoas, do depoimento que foi pegado e entregue ao Ministério Público, é que quando o odor aumenta os sintomas também aumentam. E esses sintomas aumentam, sobretudo, em crianças e idosos. Eu sou pai de duas crianças – uma de 6 e uma de 8 –, mas não quero ser a voz só de minhas filhas. Eu não estou aqui para fazer política, eu não sou político, não estou aqui para levantar bandeira partidária. Nós fizemos um abaixo-assinado em pouco tempo, que mobilizou igrejas evangélicas, católicas, pessoas saindo na rua para pegar abaixo-assinado. Em poucos dias, levantamos mais de 3.500 assinaturas. Sarzedo está pedindo para ser ouvido. Essas crianças, se pudessem estar aqui, iriam falar. Eu queria só ser a voz dessas crianças neste momento. Vocês me desculpem a emoção, porque quem passou por esse processo de pegar aquelas

vozes fui, e, muitas delas, uma senhora perdeu até o cabelo. Então muito obrigado, que vocês possam, neste momento difícil, sensibilizarem-se diante dessa situação." Clauvinio Silvério: "Eu vereador no município de Sarzedo, segundo mandato. Desde 2017, foi instaurada uma CPI para analisar as condutas da empresa. Não só da Ecovital, mas de algumas empresas do município de Sarzedo. Nesse sentido, foram feitas algumas fiscalizações. E eu queria deixar aqui, o fato ocorrido em Brumadinho, em Mariana, para que não ocorra no nosso município. A nossa preocupação é tamanha porque nós levamos ao conhecimento, em algumas reuniões, na época, na SEMAD, e tivemos a grata surpresa de nos relatar que as fiscalizações no empreendimento Ecovital eram feitas superficialmente. Então só reiterando um pouco da palavra do que os antecessores falaram, nós estamos vivendo um tempo crítico na nossa cidade e não queremos que a nossa cidade tenha uma calamidade – para não dizer crime –, conforme foi feito em Brumadinho. Temos um incinerador, foi falado aqui, nas portas das nossas casas. Não temos ciência do que foi feito. Nós fizemos uma fiscalização no local, abordamos a empresa desviando tambores com resto de produto químico dentro dos tambores. Esses tambores foram enviados para uma empresa ao lado. Eu não vou citar o nome porque ela não faz parte do processo. E esses tambores com resto de produtos químicos eram lavados à luz do dia, à noite, e dispensado esse resto de produto químico em lençol freático sem qualquer cuidado. E, pasmem, a empresa na qual essa empresa Ecovital fazia esse descarte não tinha sequer a autorização para fazê-lo, uma vez que o contrato da Ecovital com as empresas das quais ela recebe os resíduos para que seja feita a queima é de incinerar tanto o produto líquido ou produto sólido e também embalagem. E essa empresa que estava recebendo as embalagens estava vendendo esses tambores, e Deus sabe para quem estava vendendo esses tambores. Então fica aqui não é nem um pedido, mas um apelo, porque eu acho que as coisas no nosso país têm mudado e acho que têm que mudar para melhor. E se nós não recorrermos pode ser que amanhã ou depois vamos estar aqui falando de mais uma tragédia. Não é ao nível de barragem, mas ao nível de incinerador, que nem sabemos se tem essa qualidade. Eu não posso falar que tem, eu não sou técnico, tanto é que não estou aqui para julgar. Mas eu acho que o Estado é que luta pela saúde pública, nós queremos que as pessoas tenham saúde de qualidade, eu acho que temos que intervir fundo. Eu acho que chega, nós estamos cansados de ser enganados, e infelizmente nossa cidade tem sido enganada até agora. Eu queria contar com a colaboração de vocês." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Fica o convite também para que o senhor possa ficar aqui até o final, e a equipe vai tratar com os senhores." Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: "Boa tarde a todos e a todos. Sem formalidades, pela questão do tempo. Eu sei, lógico, que a questão mais importante desta tarde é a questão da Vale em Brumadinho, mas também vou falar, rapidamente, de outro assunto, para as pessoas refletirem também, não só neste momento, mas em outros momentos. E mais do que refletir, secretário, começar a agir. Eu vou falar

de duas festividades, mas não vou falar da festividade em si. Eu vou falar do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que merece e deve ser comemorado com todo respeito, com todo carinho. Vou falar de 22 de março, que é o Dia Mundial da Água, que também deve ser comemorado, falado, discutido, preocupado por todos nós, e também ação de todos nós nesse sentido. Mas se fizermos a junção dessas duas datas, desses dois dias – 8 de março e 22 de março –, eu quero fazer uma junção da água com a questão da mulher. E lembrar que essa junção é muito mais que necessária no mundo de hoje, ela é urgente para a humanidade. Não preciso esticar o meu rápido pronunciamento para falar da questão da escassez hídrica, para falar do estresse hídrico, qualquer coisa nesse sentido. Eu queria dizer, então, que essa junção mulher e água é importantíssima para todos nós. E para não dizer que é a palavra apenas de um conselheiro, por mais experiente ou até por mais velho que seja, em 1992, em Dublin, na Irlanda, em uma conferência internacional de água e meio ambiente, entre os quatro postulados que lá estão, deixaram claramente enfatizado que a participação do gênero da mulher na questão da água é importantíssima para a humanidade. Não precisam acreditar no conselheiro, mas acreditem, então, na conferência mundial de meio ambiente e de água que foi realizada em Dublin. E eu quero também aproveitar, secretário, já que estamos aqui envolvendo também pessoas e estruturas do meio ambiente que eu conheço há muito tempo, porque participei desde a criação da SEMAD, em 1995, do DRH e do IGAM, e fazer uma homenagem, então, que nesse tocante a mulher nós estamos bem em Minas Gerais. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas, com suas mazelas, com suas deficiências, mas com suas proficiências, suas coisas positivas, é dirigido por uma mulher, que, se não me engano, é a engenheira Marília Melo. Tomara que ela seja engenheira. Engenheira e doutora. Nesse aspecto, quero parabenizá-la. E já que eu soprei eu também preciso dar uma mordida, secretário. Eu acompanho muito as notícias de meio ambiente e queria pedir, secretário, não precisa ser agora, uma atenção especial para o Centro Mineiro de Referência em Resíduos, que eu vi nascer, crescer e hoje eu não vejo notícia do mesmo. Se eu estiver sendo injusto, publicamente, eu já peço desculpas." Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: "Boa tarde. Eu quero aproveitar a oportunidade aqui para fazer uma breve fala dirigida para o vice-governador. Meu nome é Antônio Eustáquio Vieira, eu sou de Paracatu, presido o Movimento Verde de Paracatu e o CBH Paracatu, que é o principal afluente do rio São Francisco. Nós temos ouvido falar sobre flexibilização para agilizar os licenciamentos ambientais pelo Brasil afora, e eu creio que todos aqui são a favor de agilizar o licenciamento. Só que nós entendemos que, para agilizar o licenciamento, nós não temos que flexibilizar, nós temos que fortalecer os órgãos de Estado, temos que fortalecer o Estado, porque no Brasil, infelizmente, o Estado brasileiro acabou. E se não tiver esse Estado forte pelo mundo afora nós não vamos ter a sociedade sendo atendida nos seus anseios máximos. E aí eu queria aproveitar esta oportunidade para dizer para o senhor o seguinte: nós precisamos fazer com que os recursos da segunda maior

arrecadação do Estado, que é da SEMAD, voltem para a SEMAD para fortalecer os órgãos de Estado. Eu creio que o próprio secretário Germano aqui entende, concorda e aceita que, com a estrutura que ele tem em mãos, não tem jeito de fazer um trabalho bacana. É por isso que estão acontecendo essas desgraças pelo Estado afora, e vão continuar acontecendo se o Estado não cumprir o seu papel. Para ele cumprir, precisa de estar fortalecido. Hoje nós temos o IGAM passando por muita dificuldade. Eu estou citando só o IGAM porque sou mais ligado ao pessoal do IGAM. Eu sou um conselho de Comitê e presidente do Comitê, e sabemos o que está acontecendo. Então precisa, neste novo governo, tentar fazer com que esses recursos sirvam para fortalecer o sistema, não ir para o caixa único e desaparecer na fumaça. Fica esse recado, essa solicitação. Se precisarem, nós estamos à disposição. Inclusive, eu queria aproveitar também a oportunidade para parabenizar a escolha da secretária de Agricultura de Minas Gerais, uma conterrânea, amiga, apoiadora do trabalho nosso na área do meio ambiente, que é a Ana Valentim." Conselheiro Rogério Pena Siqueira: "Primeiro, eu vou falar muito rapidamente, porque a Abes apresentou seu manifesto, que está aí na mesa, e eu peço a todos que deem atenção a ele. Foi um manifesto muito estudado, muito pensado para colocar. E dizer que a Abes está à disposição para qualquer condição, temos profissionais que podem contribuir muito na questão da recuperação ambiental do rio e do vale. Dizer que nós também aprendemos. Apesar de termos errado duas vezes ou deixado acontecer duas vezes a mesma coisa, a Fundação Renova tem os seus ganhos em relação ao que aconteceu, seus avanços, mas tem uma coisa que foi apreendida. Na Fundação Renova, se calcularmos para recuperação do rio Doce, devem dar uns R$ 70 bilhões. Nós oportunizamos que as empresas colocassem esse recurso paulatinamente, o que quer dizer que demorará cerca de 20, 15 anos para recuperar alguma coisa ambientalmente ali. Se pensarmos direito, o que as empresas estão fazendo é recuperando, o que seria obrigação dela imediata, com os juros dos recursos que elas tinham que aportar através da Fundação Renova. Vocês compreendem o que eu quero dizer. Se ela tivesse que aportar R$ 70 bilhões imediatamente, os juros desse dinheiro, desse recurso, poderiam ficar dentro da Renova para melhorar a questão da recuperação. Se ela não aportou, o que ela está fazendo com esse dinheiro aplicado é lançado em seus balanços como prejuízo, aportando só os juros desse dinheiro, não está aportando os recursos reais, se pensarmos direito. Então a ação do Estado, a ação da Promotoria e da Procuradoria Geral de Justiça nesse caso foi um aprendizado de tentar buscar. E acho que devemos calcular quanto custa essa recuperação e colocar esse dinheiro à disposição imediatamente. É nesse sentido que eu queria falar. E deixar a Abes à disposição para o que for preciso, conforme está escrito. E chamar atenção para apenas um parágrafo aqui. Nós temos em Minas Gerais e no Brasil muitos aterros sanitários. Aterro sanitário é uma estrutura semelhante à estrutura de alteamento a montante. É lógico que ela, bem operada, tem condições de trabalhar, mas nós não podemos deixar de pôr olhos nos aterros já

exauridos, nos aterros já completos, de operação terminada. É importante que se ponha olhos nos aterros já paralisados em Minas Gerais." Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: "Boa tarde a todos. Eu queria, na verdade, como Associação Comercial, também prestar minha homenagem à Procuradoria Geral de Justiça, à Advocacia Geral do Estado, à Polícia Militar, ao Sisema pelo excelente trabalho que têm feito em todo esse problema dessa tragédia provocada pela Vale. E aqui eu queria também reconhecer o grande trabalho do Corpo de Bombeiros Militar. A Associação Comercial de Minas, na posse do nosso presidente Aguinaldo Diniz, que ocorreu na semana passada, expressou uma homenagem intensa à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo. E eu queria agregar aqui à fala da Procuradoria Geral e da AGE também, que eu não estava acompanhando o dia a dia, mas avaliei como bastante oportuno o aprendizado, a harmonia como foi dita. E uma fala do vice-governador sobre a questão da flexibilização do licenciamento. É uma preocupação forte das nossas entidades, de quem está orientando o empresário na regularização ambiental, e que a responsabilidade dessa tragédia não seja direcionada, como vem sendo discutido, à flexibilização do licenciamento. O que diz o vice-governador é muito importante, a questão de tratar os desiguais de formas desiguais, tratar empreendimentos graves de uma forma mais intensa, com os estudos mais complexos, mas que se deixem exemplos e saiam também para o empresariado a importância de que apresentar documentos e estudos devem ser apresentados ao licenciamento de uma forma correta, séria. E aí, como diz o procurador-geral, tem um posicionamento da Procuradoria que não pode ser declarado, mas até mesmo a questão da esfera criminal. Apresentação de documentos fraudulentos, de ARTs de forma não adequada ou de fato falsas, mentirosas, isso enfraquece o processo de licenciamento e vem causar danos, como nós visualizamos e sentimos agora no município de Brumadinho. E nesse sentido eu acho que o papel do Plenário do COPAM é não só na defesa da sociedade em definições de termo de referência para assegurar àquela comunidade a jusante a essas barragens que sejam também protegidas, para que nós não venhamos a sentir, a perceber um fato concreto como esse que ocorreu em Brumadinho, em que, no plano de contingência, nós sentimos uma grande deficiência na retirada da população que estaria aproximada 20 minutos, 30 minutos ali na evacuação, e não teve condições de ocorrer essa evacuação. Então nesse sentido, secretário, eu gostaria de colocar em mesa também a nossa proposta de uma diretiva específica do COPAM para que possamos tratar de medidas de plano de contingência para assegurar e salvaguardar a sociedade nesses casos de risco a jusante das barragens. E fica aqui a minha homenagem a todos os servidores públicos do Sisema, da Polícia Militar, da PGJ, da AGE, em nome da Associação Comercial de Minas, do nosso presidente Aguinaldo Diniz, levando aqui a palavra dele." Conselheiro Noraldino Lúcio Dias Júnior: "Boa tarde a todos. Cumprimentar o nosso secretário de Meio Ambiente, a todas as autoridades que compõem a mesa, procurador-geral de Justiça, e a todos.

Cumprimentar de forma especial a todos os conselheiros dizendo que, para mim, é um prazer enorme estar aqui com vocês para compartilhar, trocar ideias e participar deste importante Conselho Estadual. Com relação à tragédia-crime de Brumadinho, eu também queria deixar aqui uma informação a todos os conselheiros. No dia de ontem, foi instalada na Assembleia Legislativa a CPI das Barragens, e nós estaremos divulgando também o canal para que todos possam enviar informações e sugestões para que a Assembleia também possa, através da CPI e da Comissão de Meio Ambiente, da qual eu sou presidente, contribuir com os demais órgãos nesse importante trabalho, que infelizmente vitimou centenas e trouxe um dano ambiental e econômico de proporções gigantescas. E aproveitando aqui eu queria fazer uma solicitação, secretário, porque nós estamos agora prestes a votar a Reforma Administrativa, e dentro da Reforma Administrativa tem a reforma no Sisema. Eu queria solicitar, secretário, que a reforma fosse enviada, a parte do Meio Ambiente, para todos os conselheiros que têm interesse, para que cada um possa fazer a sua análise e possa contribuir também com a Assembleia, que vai votar a reforma. Eu, particularmente, tenho alguns pontos em que eu tenho divergências, até porque a reforma foi enviada para a Assembleia anterior à tragédia-crime de Brumadinho. Tem alguns pontos que eu acho que nós devemos aproveitar esta oportunidade para fortalecer o Sisema, para fortalecer os órgãos de fiscalização. Então eu deixo esse pedido para que os conselheiros possam participar e também não só contribuir com o governo do Estado, mas também contribuir com a Assembleia, com informações e opiniões, que certamente serão avaliadas por nós deputados. No mais, só agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que é uma honra participar com vocês deste importante Conselho." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Obrigado, deputado Noraldino. Seja bem-vindo. Excelente proposta. Eu vou pedir à chefe de Gabinete da SEMAD, que está ali presente, para que possa encaminhar aos conselheiros aqui do Plenário a parte da Reforma Administrativa que já é pública, porque já foi encaminhada à Assembleia, do Sisema, para que os conselheiros também façam avaliação, tenham ideias e possam encaminhar para nós e também para a Comissão de Meio Ambiente, que certamente vai se manifestar também no trâmite do processo legislativo. Excelente ideia." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Boa tarde, conselheiro presidente do COPAM, Dr. Germano, as outras autoridades presentes. De uma forma geral, cumprimentar as autoridades constituídas no trabalho feito daquele acidente que não poderia, de forma nenhuma, ter acontecido. Mandar também um parabéns especial ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pelo que está fazendo, e nós temos visto pela televisão. E a respeito de Brumadinho eu não dou conta de falar nada, mas eu gostaria de manifestar o meu apoio e a minha preocupação com o pessoal de Sarzedo que veio trazer aqui uma situação altamente complicada. Mas aí eu fico pensando o seguinte: eu sou do Sistema COPAM e tenho uma preocupação de saber aonde que foi aprovada uma licença ambiental de um equipamento que é tão danoso para todo mundo. Então, já que vai haver um

trabalho imediato, eu estou imaginando que eles já protocolaram uma queixa no Ministério Público, já protocolaram uma reclamação na própria SEMAD. Então eu tenho impressão de que teríamos algumas respostas já de imediato para essa preocupação. Porque eu tenho impressão de que eu estava na reunião que aprovou esse incinerador e não me lembro de ter sido discutida essa questão de que ele fazia tanto mal assim para a população. E se assim é que sejam tomadas as providências imediatamente." Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Em primeiro lugar, eu queria dar as boas-vindas aos presentes, agradecer a presença do procurador-geral de Justiça, do advogado-geral do Estado, do nosso vice-governador, em especial, do nosso secretário de Cultura. A nomeação dele foi muito bem vista pelo nosso segmento. Achamos que seria muito positiva a atuação, e a presença aqui já concretiza um pouco dessa percepção. Até porque – mais à frente, eu coloco – eu penso que a área do turismo tem muito a ver com a solução dos problemas que aconteceram em decorrência dessa tragédia em Brumadinho. No primeiro ponto, eu fico muito satisfeito de perceber a atuação conjunta e sincronizada da SEMAD com o Ministério Público, com a Advocacia Geral do Estado, com a Polícia Militar, com os Bombeiros, com o Ministério Público Federal, com o Ministério do Meio Ambiente. Se do ponto de vista da prática, da manutenção e conservação de barragens, nós aprendemos alguma coisa depois de Mariana, eu não sei, mas é perceptível que essa articulação é um aprendizado. É um aprendizado valioso, porque aí nós podemos perceber essa resposta da empresa que produziu esse acordo, realmente, extraordinário de R$ 1 bilhão para medidas emergenciais. Isso não é algo normal nem algo que possa ser tratado de maneira leviana. É algo extraordinário ao nível de resposta que foi dada. Longe de ser o suficiente, mas é uma coisa muito diferente. Isso é inovador. Quando tratamos desse assunto, especificamente, flexibilização ou não, eu não acho que é isso que está em andamento. O que estava sendo construído dentro da Secretaria de Meio Ambiente é o protagonismo da Secretaria de Meio Ambiente nos processos de licenciamento. E esse processo de construção não pode parar, não pode mudar por causa desse acidente. Talvez se adaptar, mas nunca a flexibilização. Talvez a flexibilização que o vice-governador trouxe, a capacidade se vergar conforme o vento para não quebrar, tratar os desiguais de maneira desigual, mas nunca a facilitação, isso nunca esteve em pauta. Um outro ponto relevante, sempre que se fala de flexibilização, nós temos que lembrar que licenciamento é papel, laudo de vistoria é papel. E papel não segura barragem, papel não derruba barragem. O que faz a diferença – e eu acho que o momento pede – é uma nova cultura, um novo pensamento ético, uma nova forma de tratar com questões sérias como essa. Mas não é papel, não é burocracia que vai trazer isso, é protagonismo, é essa articulação dos entes envolvidos, essa articulação com a sociedade e com a empresa, para trazer uma solução. Então nesse sentido eu acho que vai bem. E por último essas regiões que são atingidas, de um modo geral, não têm muita atividade industrial nem são áreas muitas adensadas. E muitas delas viviam ou de turismo ou de agricultura, para além da habitação. E

isso desapareceu do mapa. Não porque a barragem atingiu. Não atingiu – a área territorial atingida é mínima –, mas se criou o medo. Então já existem algumas iniciativas nessa região de Brumadinho, de Nova Lima, de Congonhas, Sabará etc., com o objetivo de convencer as pessoas que é seguro voltar a fazer turismo nesses lugares. E para isso eu acho que a atuação da Secretaria de Turismo é fundamental em conjunto com as comunidades, trazendo a própria Vale, que não vai conseguir enxergar todas essas iniciativas, mas provavelmente se interessará em patrociná-las e promovendo essa articulação. O recado final: é hora de começar a pensar um pouco além apenas da reparação das pessoas que foram diretamente ou mais objetivamente diretamente atingidas e começar a reconstruir a economia do Estado, que, na minha percepção, desde 88, só declinou. O nosso trabalho de reconstrução é muito mais amplo do que parece." Conselheira Polyana Faria Pereira: "Conselheiros e conselheiras, boa tarde. Eu gostaria de falar também aqui sobre a questão do nosso acompanhamento conjunto nesse evento de Brumadinho. Assim como aconteceu no caso da Samarco, o Ibama estava lá conjuntamente. Nesse caso, por sorte, não houve um impacto ambiental tão grande quanto aconteceu em Mariana, não chegou a atingir outros Estados. Então a atuação do Ibama foi no primeiro momento, no caso da emergência ambiental, foi pontual, e ainda há processos correndo no nível do Ibama. Mas eu gostaria de deixar aqui registrado que, recentemente agora, a Samarco entrou com uma ação na Justiça Federal tentando impedir a continuidade da cobrança das multas ambientais que foram aplicadas no caso da Samarco. Então o que conseguimos ver é que a publicidade que as empresas dão, tanto Vale quanto Samarco, é uma, e o que nós vemos em campo, o que vemos na prática é outra coisa. Quando estamos trabalhando no órgão e vendo realmente o que ele está fazendo, a publicidade que estão dando não é a mesma coisa que estão fazendo e que estão agindo na prática. Então o que eles tentam é procrastinar o pagamento das multas ambientais falando que houve um bis in idem. O que não houve. Então a nossa AGU já está agindo prontamente nisso, pelo procurador Marcelo Coque, e estamos muito bem representados nisso. Então eu acredito que vamos conseguir manter essas autuações e espero que cada empresa consiga enxergar sua responsabilidade e fazer o que tem que fazer sem ter que chegar às últimas consequências. É isso que eu gostaria de deixar registrado aqui." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Obrigado, Polyana. Por isso é tão importante a nossa articulação Ibama e SEMAD para justamente nos adequarmos nos tipos infracionais, para depois não ter esse tipo de questionamento, de embate judicial por parte de empresas, o que só favorece, na verdade, o autuado. Então eu queria fazer eco a você e também deixar registrado em ata a nossa solicitação à Samarco também que pague o restante das multas ambientais que deve à Secretaria, que foi só uma das penalidades. E também há uma procrastinação das defesas administrativas, a partir de então, e nós temos ainda cerca de R$ 200 milhões a receber, tal como o Ibama. Fica aqui também o registro. Antes de passar ao último inscrito e poder liberar as autoridades, o conselheiro Cleinis fez

uma proposta de diretiva, e o deputado Noraldino convidou a Secretaria de Meio Ambiente para uma audiência, amanhã, na Assembleia Legislativa. A SEMAD já estava preparando uma primeira minuta de resolução para regulamentar parte da legislação e dando um prazo para uma apresentação de uma minuta regulatória pelo próprio COPAM nos próximos 90 dias. Nós entendemos que a regulamentação da Lei de Política de Segurança de Barragem, que foi aprovada na Assembleia Legislativa, é de fato muito importante, mas nós entendemos também que a sua regulamentação não deva ser feita em um decreto regulamentador. E isso não ficou especificado lá na lei, que seria por decreto. Então nós temos a possibilidade jurídica de isso ser feito pelo próprio COPAM. E aí eu acredito que a discussão é muito mais democrática, muito mais aberta a toda a sociedade. Ao poder público e à sociedade civil, que estão representados lá na nossa Câmara Normativa e Recursal. Mas nós estamos aguardando a audiência de amanhã para colher mais opiniões dos convidados que o deputado Noraldino outorgou o convite, para que possamos finalizar essa primeira etapa, concluir as nossas minutas, as nossas ações, para que possamos, então, pautar aqui no Conselho de Meio Ambiente, através da Câmara Normativa e Recursal, essa revisão completa das normativas relativas ao licenciamento e à segurança de barragens, ansiosos também na revisão federal. Os senhores sabem que o ministro Onix Lorenzoni, da Casa Civil, criou também um grupo de trabalho, um subcomitê para revisar a Política Nacional de Segurança de Barragem. Isso é também ponto de discussão lá no Congresso Nacional. E o nosso posicionamento aqui na SEMAD é que não só regramentos relativos a tipos de estudos, porque estão aí, são os mesmos. A diferença é onde apresentá-los, a quem e de onde vêm e com a aprovação de quem. Mas nós teremos toda uma visão geral em um único procedimento, mas continuamos calçados em um modelo de auditorias independentes, de ARTs que se comprometem com um laudo e que nós vemos que este modelo que está aí presente é o modelo hoje que está em xeque. Então é necessário que a revisão da Política Nacional no Congresso Nacional e da Agência enfrente essa temática, revisite esse modelo de segurança de barragens, para que todos os órgãos que são destinatários dessas informações, não só os órgãos ambientais, mas também o Ministério Público, que recebe quando requisita nos inquéritos, mas também os órgãos sociais. Que recebam informações em que nós podemos realmente acreditar. Porque se não somos ludibriados. Então este modelo de governança de segurança precisa ser enfrentado também, muito além de um mero licenciamento ambiental de fases e de procedimentos. Esse é o meu registro, esse é o meu entendimento." Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: "Boa tarde. Eu só vou ler uma moção de repúdio, que depois será encaminhada com todos os endossos, por e-mail, através da Assessoria de Apoio aos Colegiados, para chegar a todos deste Plenário do COPAM e a quem foi convidado para estar na mesa. 'Moção de repúdio – Nós, vítimas da mineração ou ameaçados por ela, movimentos socioambientais, religiosos, sociedade civil e pesquisadores, denunciamos a reiterada violência praticada aos cidadãos mineiros enlutados com

reiteradas tragédias e crimes cometidos pelas empresas e aliados desse setor voraz, que continua mantendo o Estado de Minas Gerais recém desta política insana, que permite: 1) A manutenção do Sr. Germano Vieira como secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, apesar de toda a sua trajetória no desmonte de nossa legislação ambiental de Minas Gerais e sua gestão voltada a atender meramente grandes interesses, que diz respeito, inclusive, ao direito de viver da população que vem sendo soterrada viva por rejeitos. Apesar de ter sido chamado, em novembro de 2018, a efetuar o controle de legalidade sobre o processo de licenciamento da Vale para a continuidade do Complexo Minerário Feijão/Jangada até 2032, não o fez. E em suas alegações desconsiderou todos os motivos apresentados e até o princípio da precaução.' Nós nem sabíamos que a barragem estava em risco, mas o complexo tinha várias questões graves, que demandavam retirada de pauta e que deveriam ter sido verificados. A gente se pergunta hoje se a decisão do secretário de Estado e de todos os envolvidos na ocasião, se tivesse sido retirado de pauta e determinada uma vistoria, uma perícia para averiguar tudo que estava sendo informado ao Estado de que aquele complexo tinha problemas, não tinha condicionantes cumpridas, não estava adequadamente sob controle, a grande pergunta à qual nunca vamos ter resposta é se poderia, de repente, ter trazido as informações de que aquela barragem, na realidade, a Vale omitiu o que estava acontecendo com aquela barragem. '2) A indicação do ex-presidente da Samarco, Sr. José Tadeu de Moraes para o comando da Codemig'. Já soubemos que o governo voltou atrás e tomou uma outra decisão. Terceiro. A nomeação do Sr. Adriano Magalhães Chaves, que ocupou, por três anos, o cargo de secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e é réu em razão de favorecimento à empresa de mineração MMX e em outras ações, inclusive uma movida pelo Estado de Minas Gerais, como secretário adjunto. Ele foi nomeado para Desenvolvimento Econômico. 3) A exoneração do superintendente do Ibama, Sr. Julio Grillo'. Embora não tenha a ver com o governo. Nós estamos trazendo elementos no contexto sistêmico de Minas Gerais. 'A exoneração do superintendente do Ibama, Sr. Julio Grillo, que teve significativa contribuição na aprovação do projeto de lei Mar de Lama Nunca Mais e sempre contribuiu com seu conhecimento técnico e posicionamento crítico em relação a barragens de rejeito, inclusive expressando preocupação em relação ao risco a que a comunidade de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, estava sujeita, conforme áudio da reunião ocorrida em 11 de dezembro. A amarga licença ambiental para a mineração na serra da Piedade, ocorrida no dia 24 de fevereiro último, também foi objeto de oposição do Sr. Julio Grillo, o que acreditamos que pode ter contribuído para a sua exoneração. A 'não instauração da comissão', nós estamos retirando. Estamos muito contentes de escutar o deputado informar que já foi instaurada a comissão. 'Neste momento, é premente a necessidade de mudança de paradigmas para o cumprimento da indispensável função de gestão, controle e fiscalização nas estruturas ambientais do Estado de Minas Gerais e do

Brasil, eliminando a subserviência de toda a administração pública em relação às empresas de mineração e à lógica de mercado que sempre orientou o funcionamento de órgãos como a SEMAD, o Ibama, os Codemas, entre outros. Em tempos em que a caixa-preta se abre de fraudes de empresas de mineração nos licenciamentos ambientais, e temos hoje retrocessos gravíssimos na legislação de Minas Gerais responsáveis, sem dúvida, por uma sequência de crimes causados e tragédias ainda sem previsão das corretas proporções e abrangência, a sequência dos fatos acima descritos parece um escárnio sem dó e piedade praticado contra os administrados, demonstrando o perigo de se manter o Estado refém das empresas de mineração. Exigimos, assim, a restauração da moralidade administrativa e a devida responsabilização de todos os envolvidos.' Nós depois vamos enviar, para a Assoc, a nota com todas as organizações, para que isso seja repassado a todos vocês." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Obrigado. Ontem à noite, eu estava com um problema de saúde e fui ao hospital. Era mais ou menos 11h. Depois de passar em cinco hospitais, todos cheios. Porque eu estava com uma febre de 39 graus. E na verdade me outorgaram até uma licença por dois dias, em vista das atividades que eu estou tendo, de 6h da manhã até praticamente 10h, 11h da noite. Eu me poupei hoje de manhã justamente para estar aqui para que pudesse responder, olhando nos olhos desta conselheira, algumas coisas que ela vem dizendo nos últimos tempos relativamente à minha pessoa, à do meu irmão, da minha família, da minha trajetória. Eu gostaria, primeiro, de dizer à senhora que eu não sou esse poço de maldade que a senhora pensa. Sou um simples servidor de carreira que, por evento, caí no cargo de secretário. Se a senhora me pergunta: o senhor já desejou ser secretário na sua vida? Dona Teresa, nunca desejei ser secretário e nunca desejei ter esse poder da caneta que a senhora acha que eu tenho. Porque eu não tenho. Eu sou um simples servidor que estou comandando, administrativamente, a Secretaria, da qual fazem parte 2.400 servidores, que estão até aqui representados pelo sindicato. Esses servidores têm as suas competências também, enquanto servidores, nas análises dos processos, nas fiscalizações que são devidas. Eu nunca atravessei o Conselho, e toda vez que vocês, Ministério Público, às vezes, quando colocaram 'neste caso específico a gente precisa postergar a reunião', dentro de todas as peculiaridades, nós fizemos. Veja o caso próprio da Anglo American, em que, por essa própria razão, eu tomei um mandado de segurança. O Julio Grillo, que está aqui presente, também o fez: tomou mandado de segurança. No caso em questão, a senhora conhece também o Regimento. Pedido de retirada de pauta é prerrogativa do presidente da sessão. Foi isso que eu coloquei na minha manifestação. E coloquei que as questões, sem prejuízo das questões meritórias, deveriam ser, de fato, esclarecidas no próprio Conselho ou a posteriori. A questão de se relacionar licenciamento com o desastre, dona Teresa, é muito perigosa, porque se confunde licenciamento com as questões de engenharia. São questões bem diferentes. Além disso, a questão de flexibilização de normas, a senhora sabe que, na

verdade, nunca teve aquele programa de diálogo, que nós mesmos, até a seu pedido e das outras instituições, instauramos. Foi o programa Diálogos com o Sisema, em que pudemos conversar durante quase todo o ano sobre temas específicos de meio ambiente de uma forma geral. Na DN 217, que a senhora fala que houve flexibilização, até o vice-governador utilizou a palavra. ‘Eu não gosto dessa palavra, porque essa palavra é mal interpretada’. Mas o que eu falo às vezes quando a imprensa me pergunta? ‘Há uma flexibilização de normas?’ ‘Para poder responder corretamente, eu queria saber o que você entende como flexibilização. Porque, dependendo do que você entende como flexibilização, a resposta pode ser ‘sim’ ou pode ser ‘não’. Se flexibilização for perda de rigor técnico na análise, a resposta é ‘não’, nós não buscamos flexibilização. Agora se a resposta for tratar os diferentes na medida da sua diferença, uma fábrica de sapato não é uma mineração, uma pecuária não é uma mineração ou não é uma grande indústria, um curtume, ou seja, empreendimentos diferentes, dentro das suas diferenças, devem ser tratados diferente.’ Essa era a discussão que o Conselho vinha tendo desde 2009. Foi por isso que o Conselho pediu que fossem inseridos nessa norma os fatores locacionais. É a primeira norma no Brasil a ter essa evolução. Nenhuma outra tem. Eu estou presidindo, atualmente, a Associação dos Secretários de Estado. Eles entendem isso e querem pegar os fatores locacionais como exemplo para o Brasil, inclusive para a lei federal. Os fatores locacionais. Ou seja, uma mesma que, por porte e potencial poluidor, esteja no Norte de Minas, esteja no Sul de Minas, pode ter efeitos diferentes. Por quê? Porque a ambiência é diferente, os recursos naturais ali podem ser diferentes. E é isso que os fatores locacionais buscaram. Eles estão prontos? Não. Porque a DN era o primeiro start daqueles fatores, e muitos outros podem vir a partir daí. Uma norma que foi discutida aqui com os senhores, com várias reuniões técnicas nas Câmaras Técnicas. Nós fizemos audiências públicas pela internet com mais de 600 manifestações, todas elas analisadas, trazidas à Câmara Normativa e Recursal. Mais de cem técnicos da SEMAD participaram dessas discussões. Então foi uma norma discutida. Agora nós vamos entender que licenciamento ambiental é um procedimento. A avaliação de impacto é conteúdo. São diferentes. Os dois são instrumentos da Política Ambiental. E esse conteúdo, essa avaliação de impacto, para a listagem de mineração, continua a mesma, os mesmos estudos são solicitados, seja em um procedimento de fase classe 4, seja classe 6, do ponto de vista da sua concomitância. Outra coisa que foi muito dita: que se reduziu a classe da barragem. Não é verdade. A classe de risco da barragem continua sendo a mesma. Está aqui o superintendente para poder atestar isso. Classe 3, a de maior risco. Só que o licenciamento se pauta na classificação de porte e potencial poluidor e fatores locacionais. E o licenciamento era para descomissionamento da barragem. Portanto, classe 4, e não classe 6. É isso que está lá na DN 217. E por último, ainda que se queira fazer qualquer nexo de causalidade com este licenciamento e com o desastre, basta meramente pegar a primeira audiência pública no Congresso Nacional, em que ficou muito claro que

o licenciamento não foi nem entregue para a empresa. A decisão de dezembro e seu certificado não foram outorgados à empresa, visto em um mês os trâmites burocráticos, que deveriam ser feitos no cartório ainda. A empresa ainda não tinha começado a fazer qualquer tipo de obra decorrente do licenciamento ambiental. A senhora me desculpa por eu falar isso, até trêmulo, não por receio de falar com a senhora, mas por causa da febre, mas fiz questão de estar aqui para que a senhora possa tentar ver verdade naquilo que nós estamos falando, que nós estamos aqui para discutir modelos e propor soluções. Eu sinto também, às vezes, impotência face a tudo aquilo que precisa ser feito e que vai muito além do que é a competência de um órgão estadual de meio ambiente. Eu acho que, dessa perspectiva de segurança, eu perguntei a todos os secretários: os órgãos estaduais que mais avançam nessa discussão, por nossa realidade, é justamente Minas Gerais. Por isso que existe a FEAM. A senhora me desculpe, eu estou só falando, isso é quase um desabafo para a senhora, mas eu precisava de falar isso." Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: "Considerando que, na realidade, era uma nota para ser constada aqui, de conhecimento de todos, que não é da Maria Teresa Corujo, considerando que o senhor, então, está fazendo colocações em relação às questões que eu venho abordando através de vários movimentos, pelo Movimento pelas Águas de Minas ou pelo Fonasc, o que seja, ou até coletivos que têm encaminhado esses tipos de demanda, nós temos que fazer aqui uma escolha, porque o secretário trouxe uma série de informações, que seria fundamental eu ter o mesmo tempo para contrapor cada uma delas. Porque tem muitas informações que o secretário trouxe que não são dessa forma. Nós temos como comprovar, nós temos como apresentar documentos, nós temos como apresentar todo o contraditório ao que foi dito pelo secretário Germano. Nós vamos ter que fazer uma escolha. Nós temos uma pauta. Eu acredito que, a partir do momento em que o senhor trouxe, é de direito ao contraditório." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "A única coisa que eu fiz foi: a senhora usou o seu tempo regulamentar para falar, a senhora já disse, e eu usei o meu tempo também para dizer. Então nós estamos no item 3, que são comunicados dos conselheiros. Nós encerramos esse assunto. E nós vamos entrar no item 5, em que a senhora também está inscrita. Se a senhora quiser, a senhora faça o uso da palavra." Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: "Eu vou além. Como no caso o senhor trouxe questões como mencionar o que nós encaminhamos ao Ministério Público para avaliar se havia questões de suspeição pelo fato de o senhor, sendo secretário adjunto na época e atual secretário de Estado, ter um irmão na Anglo American e algumas decisões suas em relação à Anglo American, se isso não cairia no que nós, como conselheiros, muitas vezes, temos que manifestar se estamos impedidos ou sob suspeição se tivermos alguém trabalhando em alguma empresa..." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Dona Teresa, nesse caso do meu irmão, a senhora sabe, porque eu também sei que a denúncia foi da senhora, foi avaliada, eu também prestei esclarecimentos, o processo foi arquivado no Ministério Público." Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: "Então eu estou

requerendo que, na próxima reunião deste Plenário...” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Vamos adiantar porque Plenário é só daqui a três meses. Vamos fazer antes.” Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: “Mas agora não há tempo. Eu posso fazer cada uma das coisas que o senhor colocou. Eu quero colocar para este Plenário que, então, eu vou fazer questão de responder através de um documento para ser encaminhado a todos, com cada colocação feita ou então eu vou ter o tempo que eu precisar para contrapor cada coisa.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu gostaria que a senhora, então, fizesse por escrito e encaminhasse. Eu circulo aos conselheiros, e aí ficamos bem esclarecidos.” Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: “Ok. A questão de Córrego do Feijão, só vou retomar a este ponto: o licenciamento não era do descomissionamento nem do reaproveitamento. E eu não disse que a barragem foi diminuída a classe. Nunca. O licenciamento foi da continuidade, com uma série de atividades em Jangada e Feijão, entre as quais, reaproveitamento na barragem B1. Então quando o secretário coloca que o licenciamento foi do reaproveitamento e que por isso esse processo de licenciamento podia estar como classe 4, isso é mentira. É só pegar os Pareceres Únicos da Suppri, e vocês vão ver que não foi isso.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Conselheira, isso foi discutido na Câmara Técnica do COPAM responsável pelo licenciamento. A equipe técnica da Supri está aqui presente. Eu até sugeriria, então, que na próxima reunião da Câmara Técnica de Mineração, que avaliou o caso, reexamine-se novamente esses questionamentos que a senhora está fazendo. Mas aqui é um plenário de políticas e diretrizes ambientais, e é isso que estamos fazendo. De futuro.” Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: “Ok. Eu só trouxe uma nota de repúdio. O senhor trouxe questões para além.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “E eu fiz os esclarecimentos tanto relativos a isso e tanto relativos à minha pessoa que a senhora vem fazendo. Mas com todo o respeito que eu tenho à senhora e à sua função perante a sociedade civil, de extremo respeito que eu tenho com a senhora, que eu gostaria que a senhora tivesse comigo.” Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: “Logo que eu receber o áudio desta reunião para ter, na íntegra, todos os pontos que o senhor colocou para além de uma nota de repúdio que eu trouxe aqui, em nome de várias pessoas e grupos, eu vou enviar um documento colocando todos para que possa chegar a vocês. Não sei como vocês vão receber. Então eu estou querendo que, como tem a ver com esta reunião, quando isso for entregue, isso seja inserido nos documentos desta Plenária, para que todos que estão aqui conheçam cada contraponto ao que foi colocado. É um direito.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Eu prometo para a senhora que vou passar todos esses contrapontos. Justamente como eu disse para a senhora que esse poder de caneta é limitado, existem analistas ambientais que fazem as análises. Todas as colocações técnicas que a senhora me passar também serão de subsídio das equipes técnicas de licenciamento e de fiscalização procederem à análise. E eu devolvo à senhora. Muito obrigado.” Adriano Tostes de Macedo, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais

(Sindsema): “Na verdade, eu não vou tomar muito tempo dos senhores. Enaltecer a presença do procurador de Justiça, do advogado-geral, do nosso procurador também, Adriano, da Polícia Militar, deputado Noraldino, que esteve conosco em outros tempos, em outras lutas que travamos juntos. Mas eu não tenho como fugir aqui de manifestar, ler para vocês, na verdade, a carta que nós soltamos. Desde o rompimento da barragem, nós elaboramos e publicamos duas notas de esclarecimento sobre o acidente, o rompimento da barragem, e também uma carta aberta em um ofício encaminhado ao governador do Estado. Eu vou ler para os senhores a carta aberta que nós encaminhamos face uma discussão que nós vimos que estava fugindo ao principal interesse, que era apurar as responsabilidades, o que eu acho que está muito em boas mãos pelo Ministério Público de Minas Gerais, pela Polícia Civil, pela Polícia Federal. Mas diversas entidades começaram a se arvorar como não só inquisidores, como acusadores e como juízes, decretando responsabilidades e imputando crimes a pessoas. Então eu vou ler para os senhores. ‘Prezado secretário, servidor de carreira e amigo, Germano Vieira. A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais (Sindsema), assim como os servidores do meio ambiente de Minas Gerais, a quem representamos legalmente, vem acompanhando, com muita indignação, as investidas de setores da sociedade contra a sua pessoa, mas também contra o Sistema Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais. Vimos, neste sentido, de público, reforçar nossa confiança, apoio e solidariedade à sua pessoa, mas também ao secretário, profissional que detém a confiança de todos nós, servidores. Não podemos e não devemos deixar que disputas políticas se sobressaiam no debate sobre as questões que levaram ao rompimento de mais uma barragem em nosso Estado, neste momento de profunda dor para todos que, direta ou indiretamente, foram atingidos por mais esta tragédia humana e ambiental, com tantas vítimas humanas e impactos sobre nossa fauna e flora. Muitos se apressam a acusar e condenar, sem ao menos terem conhecimento do que falam e, pior, antes de sequer serem apurados os fatos e as responsabilidades. Vivemos tempos difíceis, quando o que mais importa, mais até do que a própria tragédia, é aparecer no cenário público como defensor da sociedade, ‘aparecer bem na foto’ para a opinião pública e publicada – mesmo que, para isso, precisem acusar sem apurar, julgar e condenar sem conhecer os fatos’. E, principalmente, deturpar as informações que são repassadas ao público, em rede nacional, como fez a senhora conselheira da CMI. A qual eu gostaria muito que avaliasse se tem a prerrogativa de servidora pública, já que tem assento nessa Câmara e se ela responde enquanto servidora pública. Seja apurada a sua conduta perante a Câmara de Mineração e o Conselho de Política Ambiental. ‘Infelizmente, assistimos a uma disputa política, disputas que visam, em muitos casos, à imposição de narrativas cujos objetivos estão, certamente, longe do interesse público de se buscar a verdade dos fatos – esta, sob a responsabilidade dos poderes públicos constituídos e a quem caberão as investigações e a atribuição de responsabilidades e o seu devido julgamento.

Caso contrário, que se instalem os tribunais de exceção, que se acendam as fogueiras e se preparem as guilhotinas.' Que se faça o espetáculo público. 'Neste momento difícil para toda a sociedade mineira e brasileira, de dor de famílias que perderam seus entes queridos, não poderíamos deixar de exigir apuração e punição rigorosas aos eventuais culpados. Mas também não poderíamos deixar de nos posicionarmos ao seu lado, pois confiamos no seu trabalho, na sua conduta ética e profissional. Queremos expressar o nosso orgulho e a nossa gratidão de tê-lo como nosso secretário, por ter a sensibilidade e, ao mesmo tempo, postura ética e técnica para avançar no aprimoramento da nossa legislação, sem abandonar o rigor e qualidade técnica de nosso trabalho, apoiando os servidores nas suas decisões, sempre seguindo os preceitos legais. Por compreender e buscar soluções para o difícil equilíbrio entre as demandas dos diversos setores sociais, demonstrando capacidade de buscar e construir os consensos sociais necessários que nos levem ao desenvolvimento mais sustentável e humano.' É isso que eu gostaria de falar." Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: "Muito obrigado, Adriano. Eu fico realmente agradecido com a mensagem e com as palavras." Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de Justiça de Minas Gerais: "Mais uma vez agradecer a oportunidade e dizer que nós conseguimos, a força-tarefa interinstitucional conseguiu, neste instante, reverter aqueles alvarás de soltura que foram decididos pelo STJ, e o Tribunal de Justiça acabou de redecretar a prisão temporária de 13 suspeitos de terem participado do crime da Vale." **4) EXAME DA ATA DA 179ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 179ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 12 de dezembro de 2018. **5) AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO ESTADO DE MINAS GERAIS APÓS O DESASTRE DA BARRAGEM 1 / MINA CÓRREGO DO FEIJÃO. Apresentação: Defesa Civil de Minas Gerais e Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema)**. Evandro Geraldo Ferreira Borges, chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador Estadual de Defesa Civil, fez apresentação ao Plenário do COPAM sobre o rompimento da Barragem 1 / Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), e as ações implementadas pelo Estado após o desastre. Em seguida, foi feita apresentação pelos dirigentes da Subsecretaria de Regularização Ambiental e Superintendência de Controle e Emergência Ambiental da SEMAD, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) sobre o licenciamento ambiental e as ações realizadas e planejadas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) relativas ao desastre em Brumadinho. O conteúdo das exposições do Gabinete Militar e Defesa Civil e do Sisema foi disponibilizado no link desta sessão do Plenário do COPAM, no portal da SEMAD. **Manifestações após as exposições**. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: "Uma primeira constatação é que a reação da Secretaria de Meio Ambiente e do governo do Estado a esse desastre, na minha opinião, tem algo de extraordinário: funcionou muito melhor do que o que nós vimos acontecer na situação de

Mariana. Então isso é digno de nota, e já coloquei em outras situações, e isso é um assunto que aí, sim, é diretamente relacionado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente cuidar das consequências de uma tragédia dessa natureza. Uma outra reação que, na minha opinião, não foi tão feliz e foi trazida nessa representação é a lei que foi aprovada na Assembleia, o Projeto de Lei Mar de Lama Nunca Mais, que na verdade, por muito pouca coisa, se tornou possivelmente um desastre maior ou igual a esse de Mariana. Quando foi feito, esqueceu-se que no conjunto das barragens não está só a mineração, está captação de água, perenização de cursos d'água´, barragens de contenção de cheias, barragens de saneamento, barragens hidrelétricas, barragens de irrigação e várias outras. A seguir à risca o texto da lei, já podemos desmontar a Barragem Santa Lúcia, podemos desmontar a Barragem da Pampulha, inclusive, podemos chamá-las ao licenciamento e podemos esvaziar a região do Vilarinho, porque jamais poderemos construir as barragens de regularização de cheias que são previstas para aquela região. Mas é um excesso. É normal nessas situações, e o setor produtivo desta vez não se articulou na discussão desse PL, até porque o momento não permitia. Mas fica a observação, o receio e a expectativa de que em breve nós tenhamos de corrigir esses excessos. A maioria do texto da lei é pertinente. Agora um ponto mais sensível, que tem a ver com as declarações que foram colocadas no último ponto de pauta. A meu ver, pouco me importa se esse licenciamento que tratava da barragem do Córrego Feijão – e eu o conheci bem porque participei de deliberação sobre esse processo quando foi apresentado à APA Sul –, se tratava da Mina da Jangada, pouco me importa se tinha algum alteamento, licenciamento das barragens da Mina da Jangada. O que me importa é que essa barragem estava tratada nesse processo e, para essa barragem, havia a previsão da autorização para esvaziá-la. Esvaziamento esse que, pelo que parece, a Vale já pensava, cogitava e estudava desde 2011. Então aí a reflexão que eu trago é a seguinte: e se esse licenciamento tivesse saído dentro do prazo legal, que é de 180 dias, ou no dobro do prazo legal, que é um ano? Será que essa barragem já não estaria esvaziada? Será que a gente não teria esse acidente? E aí, quando eu faço essa reflexão, eu tenho certeza de que a SEMAD, as secretarias, as estruturas não têm uma vírgula de culpa nisso, fizeram que puderam para dar celeridade, para dar coerência, tratamento técnico adequado. E foram criticadas por isso. Aí nós temos que dar nome aos bois, e eu vou me referir à Teca, especificamente, porque aqui nós temos um caso de obstrução pela obstrução. A conselheira, nos processos da Câmara de Mineração, pede vista de todos os processos. 'Todas as barragens do Estado estão para cair'. Assim um dia alguma ia cair. Mas todas, 'todos os processos são defeituosos, todos os processos são horríveis'. Obstruir por obstruir também tem consequência, Teca, você também tem culpa nesse cartório. Se não tivesse obstruído o tanto que obstruiu, essa barragem talvez não tivesse caído. Então, presidente, com todas as colocações que foram feitas aqui na reunião anterior, tudo que eu ouvi, em Jornal Nacional, eu ouvi dizer com todas as letras que houve diminuição da classe do barramento.

Aqui eu ouvi dizer que não foi isso que foi dito. Então eu acho que é o seguinte, muito bem colocado pelo presidente do Sindicato dos Servidores, nós temos que apurar isso, sim. O conselheiro é servidor público e, antes de qualquer outro dever, tem o dever com a verdade. E se por acaso faltar com a verdade ele tem que ser responsabilizado. E se por acaso abusar da função de conselheiro, para outros objetivos, também. Então na minha opinião, e aí eu já faço aqui o requerimento para que se abra o procedimento administrativo e se apure a conduta da conselheira, tanto em relação ao que ela fez e praticou nas representações internas ao Conselho quanto em relação ao que foi dito na condição de conselheiro fora do Conselho. São situações graves, não é admissível que se pratique o que se veio praticando de denegrir a imagem da instituição inteira do COPAM, do Conselho, da Secretaria, chamar todo mundo de criminoso, indiscriminadamente, sem dizer quem, por que, qual fato, qual a situação, isso não pode ser assim. Então eu penso que há alguma questão ética grave nisso e peço que essa apuração seja feita, aí, sim, com o máximo rigor. Pelo amor de Deus, nós não queremos filigrana. Nós queremos ver se tem alguma coisa de verdade, queremos ver se há realmente um desvio de conduta nisso. O indício assusta. Nenhum movimento social exerce função de servidor público. Só encerrando, o ponto é exatamente esse, porque a impressão que eu tenho é que o papel de conselheiro foi subvertido para papel de movimento social, com todas as consequências que esse papel admite. Mas nós temos que lembrar que parlamentares têm imunidade de palavra. Aqui nós somos servidores e nós temos estrito dever com a verdade naquilo que fazemos. Aqui o compromisso é um pouco diferente. Não tem aquela figura da isenção, que já tentaram trazer, como no Judiciário. Não é isso, é representação de classe, sim, mas demanda responsabilidade, demanda ética e demanda inexistência de conflito de interesses pessoais. Então é importante que se faça essa apuração. Eu quero formalizar esse pedido. E peço desculpas por ter que me retirar, porque esse tipo de coisa deveria se alongar, mas, com o adiantado da hora, eu não vou poder ficar eu vou ver registrado em ata o que foi dito depois." Jânio Alves Leite/Agência Nacional de Mineração (ANM): "Boa tarde a todos. Eu queria até agradecer o convite do secretário Germano. Na verdade, a ANM não está no conselho do COPAM, mas eu agradeço o convite e estou pronto para fornecer alguns esclarecimentos em vista da apresentação. Como já foi dito aqui, a Lei 12.334, com o advento da Política Nacional de Segurança de Barragens de qualquer natureza, essa lei atribuiu ao antigo DNPM, que era um órgão concedente do direito minerário, a fiscalização das barragens. Infelizmente, a lei deu atribuição ao DNPM, mas o poder público não deu as competências humanas e financeiras. Não obstante, o DNPM procurou regulamentar a lei dentro das suas atribuições. Em 2012, foram editadas duas Portarias – se não me engano, a 416 e a 512 – tratando do plano de segurança das barragens e do plano de emergência. Essas duas Portarias foram aglutinadas em 2017 na 70.389, que hoje é o nosso condão de atuação na segurança de barragens. O que eu gostaria de citar é o seguinte: as competências

da Agência. É bom que se diga que a nossa expertise, nós somos especialistas em recursos minerais, e o corpo técnico é composto basicamente por geólogos e engenheiros de minas. Então tratamos de outorga e fiscalização de pesquisa, desde a fase da pesquisa até os direitos minerais. A Agência, o DNPM se esforçou em dar cumprimento à lei, foram feitas várias capacitações. Agora é bom que se diga, barragem é uma obra de engenharia, e o profissional capacitado para fiscalizar uma barragem é o engenheiro civil geotécnico. Não obstante, nós temos feito o que nós podemos com nosso recurso humano. Nós temos hoje três especialistas em recursos minerais, engenheiros de minas e geólogos, que foram treinados, fizeram capacitações para fiscalização de barragens. No ano de 2018, nós conseguimos fiscalizar 61 barragens. Esse é o nosso horizonte, é até onde nós conseguimos ir. Nós temos 220 – esse número é variável –, em torno de 220 barragens inseridas na Política Nacional que devem ser fiscalizadas. O ideal é que cada barragem fosse fiscalizada pelo menos duas vezes por ano: período seco e período úmido. Então só para que vocês se situem, a defasagem que o órgão tem para essa atribuição. Acidente de Brumadinho. Desde a primeira hora, quando a Agência foi notificada, através do nosso sistema de gestão que foi criado. É um sistema integrado de gestão de barragens, em que as empresas reportam os relatórios, as inspeções quinzenais que são feitas, e todo evento é alimentado no sistema, e são geradas informações em tempo real. São disparados e-mails. Então quando foi notificado o acidente, imediatamente, a Agência já mobilizou técnicos. Nós estávamos no site e vimos fazendo o nosso dever de casa, ajudado e muito pelo governo do Estado, pela Defesa Civil, que têm nos acompanhado, tem nos fornecido alguma estrutura. E aqui eu quero registrar o brilhante trabalho desenvolvido pela Defesa Civil. Apesar de a Agência estabelecer os critérios de elaboração do plano de segurança, quem tem expertise para avaliar a efetividade de um plano de segurança é a Defesa Civil. E eles têm nos dado muito suporte nas realizações, um corpo técnico muito técnico, muito capacitado. E eu posso dizer que a Agência tem aprendido muito com a Defesa Civil nesse quesito de plano de emergência. Eu sei que o tempo aqui é exíguo, mas, basicamente, depois nós estamos à disposição para qualquer informação, qualquer ação de que a sociedade quiser esclarecimento. Volto a agradecer ao secretário Germano, ao colega, e estamos à disposição." Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Primeiramente eu gostaria de dar os parabéns pelas apresentações feitas pela Secretaria de Meio Ambiente, inclusive durante os Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais, quando o vice-governador também falou. E eu queria tratar, basicamente, do processo de licenciamento ambiental. Eu acho que algumas coisas têm que ficar muito claras para que não tenhamos foco em questões equivocadas e, sim, naquilo que é necessário fazer. E dentro disso a competência definida na legislação federal é muito clara, como já foi aqui mencionado, que compete ao órgão outorgante dos direitos minerários a fiscalização da segurança de barragem, e a fiscalização inerente ao órgão ambiental é aquela que se restringe à fiscalização dos recursos naturais. E muito se diz a respeito da nossa

legislação ambiental e de enfraquecimento da legislação ambiental nos últimos anos, quando eu vejo, na verdade, o contrário: houve um fortalecimento da nossa legislação ambiental. E a DN 217 é um exemplo claro disso. Lembrando que a DN 217 começou a ser discutida em 2009, com a Diretiva 02/2009. O critério locacional inserido na DN 217 veio com base na Diretiva 02/2009, e posteriormente algumas alterações que foram colocadas na DN 217 vieram por meio de lei, a Lei 21.972/2015, que trouxe o critério locacional também, e as modalidades de licenciamento concomitante foram definidas ali naquela legislação. Eu estou falando isso porque temos visto ataques a essa legislação. Lembrando que essa legislação, a meu ver, é um exemplo para o restante do país. E é até com base nisso que vem sendo discutida a alteração da legislação federal de licenciamento ambiental, com base no PL 3729/2004, e que essas alterações relativas à DN 217 foram discutidas também, após toda essa discussão anterior, por um ano dentro da Câmara Normativa e Recursal. E que foi aprovada, se não me falha a memória, por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião da CNR. Exceto aquelas abstenções, obviamente, mas contando que não teve nenhum voto contrário àquela Deliberação Normativa. E que é importante deixar muito claro que não houve qualquer alteração em relação à disposição de rejeitos em barragens em relação ao que era na DN 74. Então foi basicamente um atendimento a um anseio que já vinha sendo feito do próprio Plenário do COPAM, deste Plenário em que nós aqui estamos assentados. E lembrando algo que o Adriano Manetta, inclusive, mencionou aqui, nós ouvimos muito na mídia muita gente dizendo que o licenciamento ambiental do processo dessa barragem, de descomissionamento dessa barragem, do reaproveitamento de rejeitos foi a toque de caixa. Foram 40 meses. Eu não vou entrar no mérito se foi longo ou curto, mas a toque de caixa não foi, até porque a legislação determina em 12 meses. Então foi mais do que o triplo, então não dá para a gente falar que foi a toque de caixa. Então eu não tenho dúvida de que foi feita com muito critério do órgão ambiental do Estado a análise desse processo, com muito rigor técnico. O que nós temos visto da legislação ambiental no Estado de Minas Gerais é uma diminuição de burocracia no processo de licenciamento ambiental, visando à sua celeridade. Agora em nenhum momento nós vimos, com essa alteração de legislação, diminuição de rigor técnico. Até porque todos os estudos estão ali presentes, independente de estarem sendo feitos licenciamentos em uma única fase, em duas fases ou trifásico. O licenciamento de uma única fase tem todos os estudos que estão presentes no licenciamento trifásico. Apenas há uma diminuição de burocracia. Então eu queria dar esse depoimento de um posicionamento que entendemos que a legislação ambiental de Minas Gerais deve seguir a sua evolução, o seu fortalecimento, a sua desburocratização, assim como vem sendo feito nesses últimos anos. E espero que a legislação federal siga também nesse sentido." Conselheiro Rogério Pena Siqueira: "Dizer que a Abes, no dia 11 de fevereiro, após reunião da diretoria, fez um manifesto sobre o ocorrido. Um documento entregue a várias autoridades, que está no nosso site. Nós trouxemos

poucos exemplares, para evitar a impressão, e apresentamos aqui às autoridades. Então que os conselheiros tenham acesso através do nosso site: abes-mg.org.br. Destacar algumas coisas do nosso manifesto novamente. A questão dos aterros sanitários, como foi dito aqui pelo secretário de Defesa Civil, por exemplo, a cidade que tem 2 mil pessoas a jusante: Congonhas. No nosso aterro sanitário de Belo Horizonte tem 100 mil pessoas a jusante daqueles 60 m de altura. É lógico que aquele aterro hoje não oferece nenhum risco, ele está muito bem operado e monitorado, mas essa atenção tem que ser eterna de todos os órgãos relacionados, seja a Prefeitura de Belo Horizonte, a política em relação a aterro sanitário não pode afrouxar. E aí a Abes põe esse ponto porque pode haver aterros sanitários com risco em Minas Gerais. Então é importante dar atenção para isso. No aterro da BR-040, Jardim Califórnia, são 100 mil pessoas a jusante. Um acidente ali mata 10 mil pessoas imediatamente, uma ruptura daquele aterro mata, imediatamente, 10 mil pessoas. Não é brinquedo. Eu fui diretor da SLU. Então estou falando isso aqui, está registrado. Eu acho que sempre temos que ter atenção com aterros sanitários. Eu sempre falo sobre aterro sanitário porque é a solução de resíduos do Brasil, a solução escolhida, mas que deixa um custo ambiental e social muito grande para as futuras gerações. Pagam-se R$ 70, por exemplo, para aterrar 1 tonelada de resíduos, mas as gerações futuras pagam o resto, essa conta fica para o futuro. Então temos que começar a discutir isso sempre. A questão das barragens em risco. Também a Abes faz um chamado. Se há risco, nós temos que tratar do risco evitar até que a possibilidade de ruptura dessas barragens coloque vidas em risco. E se há esse risco hoje, é dique de contenção preventivo. Não tem outro jeito, nós vamos ter que fazer dique de contenção preventivo nas barragens que apresentam riscos, antes mesmo de descomissioná-las. Então isso tem que ser pensado, tem que ser tratado. E avançando no que disse o vice-governador, a questão da economia mineira. Imaginem se ao invés de exportar minério exportássemos gusa. A gente teria cem vezes o valor agregado de exportar montanha para a China. Porque o que fazemos é exportar montanha para a China, ou seja, a China estoca as nossas montanhas. É isso que nós fazemos. E junto com isso importamos o valor agregado, nós compramos aço de lá, compramos o emprego de lá. Nós temos que começar a discutir isso no Brasil, nós temos que discutir essas questões. Deixar emprego no Brasil, de repente, ou seja, exigir que se exporte só commodities, deixar que se exporte só commodities é muito pouco para um país que tem 10, 12, 13 milhões de desempregados. Então nós temos que começar a discutir essas coisas. Por fim, uma conta que o secretário deixou. Nós não teríamos esgotado os minutos de silêncio pelas 322 pessoas até agora. Seriam 5h22min calados." Maria Teresa Corujo de Freitas Viana: "Boa tarde. Eu me inscrevi neste assunto porque, como trata da questão das ações implementadas e da questão das barragens de rejeito, trazer aqui algumas situações. Pena que saiu, por exemplo, o coronel da Defesa Civil. Mas eu já conversei com ele. Os lugares onde existem risco de barragem, que as pessoas foram desalojadas, tem

algumas questões graves envolvendo a forma como está sendo tratado. Mas como eu o vi sair eu já fiz esse encaminhamento que eu ia fazer aqui. Uma outra questão que tem a ver com barragens e encaminhamentos, uma pena que tem essa redução, porque eu ia propor uma moção para que se determine o Estado, de imediato, por exemplo, maior transparência no site da SEMAD. Por exemplo, eu perguntei ao coronel como é que podemos saber quais são as barragens em que existe uma preocupação da mesma empresa que, na realidade, atestou a estabilidade da que rompeu em Brumadinho e na realidade não estava estável. Tem que existir uma transparência maior sobre informações das barragens de rejeito. Então eu lembro que tanto eu quanto o Gustavo Gazzinelli enquanto conselheiro ao longo desse tempo, não é a primeira vez que pedimos, por exemplo, que a listagem da FEAM tenha informações como qual é o tipo de disposição em cada barragem. De novo, colocar as coordenadas, trazer informações de quem foi a consultoria e o nome que deu o atestado de estabilidade e uma série de informações que seriam fundamentais, inclusive, para o direito constitucional de acesso à informação ambiental. Outra grande questão é: tem que disponibilizar os planos de ação emergencial, com acesso público, porque são instrumentos fundamentais no momento em que está configurado que nem em Mariana nem em Brumadinho todo esse monte de documentos e papéis e estudos apresentados os órgãos evitaram duas tragédias dessa magnitude. Então o direito à informação ambiental, da população, é fundamental neste momento para que a população possa conhecer e tomar decisões do que ela vai fazer com o fato, por exemplo, de estar na zona de autossalvamento. Na Câmara de Atividades Minerárias eu registrei, ficou em ata o que eu assisti na apresentação do plano de ação emergencial da AngloGold Ashanti, a forma como a empresa não apresentou dados e insiste nessa atitude. Eu assisti duas reuniões entre a Vale, Ministério Público e a comunidade de Macacos, tentativa de negociação de conflitos. Uma foi ontem. A forma como a empresa Vale continua tratando a segurança das suas barragens é violentamente criminosa. Porque criminoso significa violar legalidade. Então a Vale retirou pessoas de Macacos às 8h30 da noite, em meio de chuva em um sábado e disse ‘aqui é área de risco’, junto com a Defesa Civil. Essas pessoas não puderam pegar absolutamente nada, foram colocadas em hotéis. Na semana passada, a Vale informou: 41 dessas pessoas podem voltar para casa porque, afinal, estão seguras onde elas foram retiradas. E a pergunta feita pelas pessoas que tiveram que sair, na presença do Ministério Público, foi: ‘Como assim? Eu fui retirada, e está uma placa na minha casa área: área de risco, mancha de inundação. Como que não é mais mancha de inundação? Que documento é esse da Vale em que uma hora é mancha de inundação e em outra hora não é?’ O que eu tenho testemunhado – e isso eu quero que fique registrado – é que dentro dessa questão das ações implementadas após o desastre, que têm especificidades em relação à Mina de Córrego do Feijão, é urgente que o Estado e todos os órgãos que têm a ver, inclusive, com as outras barragens que foram licenciadas pelo Estado, haja

atitudes. Por exemplo, Forquilha 1, 2 e 3 passaram na CMI no dia 30 de novembro, e eu coloquei no meu parecer de vista que ali tinha três barragens a montante, que não se podia dar uma Licença de Operação para Forquilha 5, e foi dada a Licença de Operação. A Vale fez uma apresentação, que eu tenho, que estava tudo ótimo, maravilhoso. Quando eu estive na Polícia Federal dando a minha oitiva, no dia 4 de fevereiro, fui chamada para dar meu depoimento, a Polícia Federal mostrou o documento que tinha as tais barragens que a própria Vale sabia que estavam em risco. Entre elas, estavam Forquilha 1, 2 e 3, que já tiveram pessoas retiradas da zona de autossalvamento. Para quem está aqui e está muito assustado com o que está vendo aqui de falas em relação a isso, saibam que a questão de barragens de rejeito não é tratada por boa parte das pessoas e organizações que fazem parte dessas instâncias com a devida responsabilidade, e isso, inclusive, pode nos levar a novas situações de tragédias. É caótica a situação de Itabira. Em Raposos vocês nem imaginam o tamanho da onda de inundação da AngloGold Ashanti passar em Raposos. Temos as situações outras, temos muitas situações graves. E eu espero que a gente consiga algum dia ver por parte dessas instâncias e do governo do Estado e de todos os atores uma maior responsabilidade. Porque licenciar como tem sido dito pelos atores que tem que ser rápido, porque atrasou, que tinha que ser mais rápido, isso é fácil. Agora a Agência Nacional afirma que não tem como fazer fiscalização, o Estado diz que não tem como atestar. Eu quero trazer informações de Itabira, porque eu acho que nós – o Estado e todos os atores responsáveis – temos que tomar decisões preventivas e rápidas em relação às barragens da Vale e outras que tenham risco. Por exemplo, na Câmara de Brumadinho, no ano passado, o Sr. Rodrigo Chaves, responsável pelo complexo em Itabira, informou que em Itabira haveria cerca de 14.000 pessoas com 5.200 habitações na rota de possibilidade de rompimento de barragem. Mas, quando perguntado como ia ser essa questão de segurança e de tratar a garantia, a resposta do Sr. Rodrigo Chaves, da Vale, foi: ele se negou e disse ‘guardo o direito de não divulgar os locais de risco em respeito à individualidade das pessoas’. Eu assisti isso na AngloGold quando eu perguntei, depois da apresentação toda: ‘Há quantos metros estão as primeiras pessoas caso rompam as três barragens da AngloGold em Nova Lima que descem para Raposos?’ ‘Essa informação nós não temos aqui.’ Eu estou alertando o Estado que é fundamental se verificar como tratar o que está acontecendo, ainda mais tendo uma nova lista de barragens, que a própria Tüv Süd está preocupada e não quer atestar estabilidade. E para finalizar, a quantidade de rejeitos que está em Itabira, só vou dar aqui uns exemplos. A Pontal tem 47 anos: 220 milhões m³. A Itabiruçu tem 37 anos: 130 milhões m³. Conceição tem 41 anos: 36 milhões m³. Rio de Peixe tem 41 anos: 14 milhões m³. Tem algumas dessas que estão uma se sobrepondo a outra, então se uma romper vai somando a quantidade. E em Itabira eu vi um material, sábado, com a logomarca da Vale e a logomarca da Defesa Civil – e isso nós vamos formalizar à Defesa Civil –, que mostra para o bairro que está abaixo de Conceição a rota de

fuga, não mostra aonde está a barragem, não diz a distância e só mostra a mancha e diz para onde eles têm que correr. Eu tenho testemunhado nesse processo de retirar pessoas e as pessoas saberem que estão na zona de autossalvamento sem a clareza e o direito a pelo menos saber que elas estão de uma forma muito violadora de direitos humanos à vida e o direito constitucional que diz direito de viver com qualidade de vida. Eu vim aqui neste item de pauta colocar que esse assunto, para além das soluções em relação ao que aconteceu, ou são imediatamente tratados ou nós vamos realmente testemunhar novas tragédias muito mais gigantescas com barragens de rejeito no Estado. Infelizmente, eu não estou vendo, por parte das nossas autoridades, o devido cumprimento. Eu vejo por parte do setor essas situações de ficarem questionando até a flexibilização, que 'está tudo bem', 'que o atraso é que gerou o rompimento'. Isso está tudo registrado, está na história, e as pessoas estão sabendo. Então o nosso papel e o nosso direito é vir aqui dizer para que nunca digam que ninguém chegou aqui e falou. E eu quero mesmo que abram um processo administrativo em relação à minha atuação em todos os espaços públicos, porque eu tenho certeza absoluta de que tudo que eu informei, compartilhei, esclareci foi baseado na pura verdade e está tudo embasado em documentos. Vai ser bom porque nós vamos poder mostrar que, quando se propõe isso para desqualificar a atuação de um conselheiro que está atuando na defesa de vidas e meio ambiente, como uma coerência que é o que nós tentamos – não só eu; e outros –, o setor até a isso é capaz, não respeita nem o direito do contraditório defender a vida e a natureza e traz questões desse porte. Então se alguém quiser saber todas as contraposições ao que o senhor Manetta falou ou quem for questionar a minha atuação, eu continuo totalmente à disposição, eu provo, eu mostro e apresento provas e elementos. Era essa a minha contribuição." Helena Flavia Marinho de Lima: "Boa noite a todos. Helena Flavia Marinho de Lima, educadora e gestora ambiental, participo há dez anos do Movimento de Preservação da Serra do Gandarela. Enquanto professora ligada à arte, educação e meio ambiente, eu aprendi muita coisa nesse tempo, que é principalmente o colapso que está em Minas Gerais que é a questão água, que tem relação direta com a mineração, começando pela situação das barragens de rejeitos que já colocou em morte dos rios: o rio Doce e o rio Paraopeba. Que todo esse processo para limpar, para corrigir, eu já vi vários técnicos falando: o Paraopeba, por exemplo, terá 20 anos se nada e outras coisas da natureza. Sabemos que está tudo com aquecimento global, coisas assim fortíssimas para acontecer. Esse rio talvez renasça daqui a 20 anos, que não é mais o Paraopeba. Então a primeira coisa que quero fazer é a luta pela serra do Gandarela, que é responsável pelo abastecimento do rio das Velhas no reservatório de Bela Fama, que é responsável por 70% de Belo Horizonte e região metropolitana. Que antes eram Paraopeba, 35%; e 65%, 70%, serra do Gandarela, onde há dez anos a Vale luta para construir a Mina Apolo, em cima de mil nascentes de água pura, classe especial e classe A. E o que está acontecendo aqui? Olha que pena, que delícia que é você falar para o vice-governador. Foi

embora. O Germano foi embora. Eu vim aqui para olhar esse cara no olho. Ainda bem que tem uma CPI, vai ter prisão. O que vocês estão fazendo por Minas Gerais está colocando o Estado em colapso. Desenvolvimento sustentável não tem nada a ver com mineração, mineração não é sustentável, não existe isso, é um choque direto com o socioambiental. O estado da mineração no Brasil é uma coisa absurda. Fazem tudo o que querem. A situação das barragens é gravíssima, tem barragens que nem são inscritas, barragens abandonadas com metais pesados de ouro. Desculpem-me, na hora que o Germano veio falar com a Teca, e eu levantei, eu gostaria que todo mundo que a Teca representa estivesse aqui. A Teca hoje representa a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, porque não existe desenvolvimento sem vida, sem pessoas sendo olhadas e sem meio ambiente. Economia sem a vida das pessoas? Que absurdo. Eu tenho convivido, é a terceira vez que eu venho a esse espaço, eu também estou febril. Nós estamos ficando doentes. Quando uma autoridade falou dos atingidos, eu pensei: ‘Quem são os atingidos?’ Os diretos nós sabemos, mas todos nós somos atingidos em Minas Gerais e com tudo de grave que está por acontecer. E ainda tem a capacidade de conselheiros, um querer processar a Teca, que é a única pessoa que está aqui nessa sociedade aqui para votar em nome de ser humano e de meio ambiente. Que absurdo. E como esse aqui que fala que esse regime que veio com o governo Pimentel, com a Lei 2946, que abriu a Suppri, Superintendência de Projetos Prioritários, essa CMI tirou o Ministério Público e a Polícia Ambiental, e aqui só tem gente da mineração votando. Pensar em Belo Horizonte, serra do Curral comprometida, serra da Piedade, serra do Gandarela correndo risco, a água, a vida; serra do Rola Moça. Vocês estão abrindo Minas Gerais a uma morte. Para encerrar a minha fala aqui, desde o rompimento de Mariana eu fiz parte disso aqui também ajudando buscar assinatura. Isso aqui está surgindo porque a sociedade civil está gritando. Vocês ainda estão achando que estão com tudo, mas não estão, porque existe uma vida, existe espiritualidade. Nós lutamos pela vida, pelo bem comum e pelo amor. Vocês estão destruindo Minas Gerais. E aí no que eu queria terminar de falar, que é: qual é aqui Secretaria, SEMAD? Vocês que estão na CMI entregando Minas Gerais à morte em cujo perfil de vocês o desenvolvimento se chama lucro acima de tudo, lama acima de todos. Vocês são insensíveis. Quando presenciamos aqui a entrega da serra da Piedade, eu, como educadora, e várias pessoas estávamos questionando a humanidade das pessoas, principalmente jovens. Você teve pai, teve mãe, tem filho? Uma loucura, uma insanidade. Minas está em um colapso, e nós com a segurança hídrica totalmente comprometida, e ainda tem a capacidade de falar que esse regime de liberação, de flexibilização é o que tem de melhor. Digo não, querem transformar águas como esta em águas de lama. Nós temos, a sociedade, o direito de dizer não, não ao extermínio das nossas águas e serras, não ao poder econômico sobre a vida. E dizemos sim pelo direito de escolha sobre o nosso território, e Minas é minas de água, águas gerais. Nós somos do quadrilátero aquífero.” Jeanine Oliveira: “Eu represento diversos movimentos

ambientais, tenho uma atuação muito presente e perene no Projeto Manuelzão. Eu queria dizer que aqui estou falando como sociedade civil, como Jeanine, inscrita no CPF, e queria começar dizendo, tinha tanta coisa para dizer para pessoas que já saíram, e isso demonstra o caso que se faz de todo o contexto que estamos vivendo. Inclusive, eu queria até parabenizar o Germano, porque é a primeira vez que ele fica mais do que 40 minutos em um evento em que eu vou e que ele fala. Ele sempre pede para falar no início e vai embora. E eu consigo entender isso, porque o tempo dele é um tempo muito mais importante do que o meu, do que o de vocês que estão aqui até agora. Mas eu queria parabenizá-lo porque ele ficou hoje 3h26min sentado aqui, doente. Isso é uma mudança de postura. E queria tranquilizá-lo também, porque eu trabalho com médicos, e, pós-Carnaval, ele estava bronzeado, quer dizer que deve ter tido contato com muita gente, as viroses, as bactérias têm uma incidência maior mesmo. Como o atestado dele é de dois dias só, ele vai melhorar. É uma virose, vai passar. E que bom que ele resistiu, tomou algum medicamento, certamente, porque deve estar com alguma febre, alguma coisa. Mas tranquilizá-lo mesmo que está tudo bem. O Ronaldo também foi embora, ele fez uma fala falando do mês das mulheres e da água. Eu queria que ele agradecesse pedindo para a ONG Ponto Terra, que ele é o presidente, começasse a voltar mais conscientemente nos conselhos de que participa, o que seria um presente incrível. Eu acho que todas nós, mulheres, que participamos desses conselhos vamos nos sentir agraciadas, é um presente muito legal. Eu queria dizer o seguinte, eu tenho um monte de coisa técnica para falar, e aí vou dar só uma passada geral, porque não tem nem quórum para isso, a maioria das pessoas que apresentaram já foram embora. Fica registrado aqui mesmo a importância que tem a própria apresentação da pessoa: apresenta e vai embora antes de todo mundo falar. Quer dizer que não foi importante o que você falou ou que tem alguma coisa que é mais importante que isso. E tratando da matéria que trata eu acho muito preocupante, no mínimo. Tem que a Tüv Süd, que é a empresa que fez um monte de anuência, e agora apresenta uma lista dizendo ‘Estado, se vira aí’. Pressão não é sofrimento, gente, vocês estão sofrendo pressão, vocês estão com dificuldade para dormir. Eu, inclusive, acho que vocês estão de parabéns, vocês estão alinhados, todos vocês do Estado. É lindo ver como vocês se uniram e se articularam e como estão afinados, mas isso é momentâneo, tanto que vocês estão dando um jeito de voltar a dormir, estão voltando ao ambiente de vocês, para estabilidade, para segurança. Sofrimento é de quem não dorme. Por exemplo, quem está em uma zona de autossalvamento. Então não ficar deturpando e corrompendo mais signos e significados, que foi a fala do nosso vice-governador, que corrompemos a palavra sustentabilidade e agora precisamos inventar uma outra. Não, isso é um vício que nós temos, que é oriundo da academia. Inclusive, boa parte dela já reconheceu isso. Na verdade, nós temos que começar é a retomar o valor das palavras, retomar o valor das coisas. Por exemplo, um Conselho como este, no final de uma matéria como esta, estar vazio assim desse jeito, diz muito sobre o valor deste Conselho ou do que os

conselheiros dão a ele. Você concorda que, quando é uma audiência que você tem com o presidente da República, você não vai embora antes de ele ir. Concorda comigo? Porque tem um valor. E o valor desta está aqui demonstrado. Hoje é quarta-feira, todo mundo tinha que continuar vivendo a vida, independente se é conselheiro do conselho estadual do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Aí é a SEMAD. Desculpa. Não tem cadeira do MP. O MP falou aqui, para o MP é o seguinte, eles fizeram um acordo de 12 meses, e no caso do rio Doce tem um acordo de três anos, e precisou ampliar ainda, estender o acordo, fazer novo acordo. Isso está sendo criticado pelos juristas, é um acordo de curto prazo. Não entendemos isso como um ganho, já que tem um acúmulo do outro ocorrido, que precisava ser maior, precisava ser maior, inclusive, que os três anos, porque viu que ele não foi o suficiente. E aí eu não sei como vai fazer, porque é uma empresa que não tem capital moral. Moralmente, não tem como confiar nessa empresa. O Comitê Pró-Brumadinho, aí se falou da participação de um monte de gente, mas eu não ouvi falar da participação da sociedade. Gente, as pessoas estão sentadas ali, elas não estão dormindo, principalmente essas que ficaram até o final, elas prestam atenção em tudo que vocês falam, fazem, todas as vezes. E isso é um negócio que não tem como tirar das pessoas. Vocês podem tirar qualquer outra coisa, mas isso não tem como tirar. Tem um negócio que chama análise de discurso. O discurso de vocês é uma coisa assim do ponto de vista de análise de discurso. Por exemplo, você começa fazendo uma mea-culpa muito meia-boca, que é ‘o processo de licença precisa ser revisto e tal, não sei o quê’. E de repente o Estado apresenta um processo de licenciamento, ‘não, esse aqui está no decreto tal, está na lei tal’. Vocês acabaram de dizer que precisa rever e usam o argumento para poder dizer que está legítimo? Então o discurso de vocês é uma coisa que dá para comprar, dá para vocês pagarem pessoas para analisar o discurso de vocês, porque é vexaminoso, as pessoas estão vendo isso tudo. Tem fala de conselheiro aqui que é um terror. Se você pegar o acúmulo, não precisa nem de ser muito, pegar as últimas três reuniões, é um negócio escabroso, é vergonhoso. É um Conselho. O povo costuma dizer que não tem amigo, ‘eu não sou amiga de vocês’. Não é de todo mundo, é que cabe aonde tem que caber mesmo. O que eu estou dizendo é o seguinte, é um conselho, se vocês quiserem seguir, sigam, se não quiserem, não sigam, conselho é isso mesmo, não é a melhor coisa do mundo também. Vai sair uma CPI em nível estadual. Nós conquistamos uma em nível municipal, que encerrou há pouco tempo, tinha as pessoas da SEMAD, o Hidelbrando. E nós tivemos uma dificuldade muito grande. A Câmara Municipal de Belo Horizonte teve uma dificuldade muito grande para conseguir documentos que são do Estado. Então não adianta também ter uma CPI que não tem facilitação do Estado para fornecer dados muito básicos ou dados que não são do Estado, mas que se depende do Estado para conquistar. Não serve muito. Outra coisa é: podiam juntar a FEAM, a ANM e a ANA e fazerem um cruzamento daquela lista das barragens que estão em risco, porque nós temos tentado fazer isso, e não tem dados precisos, é um show de horrores, tudo na

dedução, é pouco científico. E são os três órgãos que estão fazendo isso. Peçam ajuda do IGAM, sei lá, ou pelo menos peguem a lista de vocês três, que são responsáveis por isso, só para colocar uma observação. Eu estou falando só de Alto Velhas, que foi a parte que nós analisamos. É um horror o cruzamento de dados, de inconstância de tudo, de tamanho, de tudo. A última disponível também já tem uma depreciação de mais de quatro anos. Isso é grave. Falando da matéria de que estamos falando e falando do perigo que isso envolve, isso é muito grave. Eu queria dizer o seguinte. Do PL Mar de Lama, um conselheiro que já foi embora, Adriano, que aqui está sentado como CMI, que é de imóveis, mas eu já o vi falando em nome do Codema de Nova Lima, que é o meio ambiente de lá. Ficou até confuso no início da fala dele porque ficamos sem entender essa dupla atuação. Nós poderíamos começar, inclusive, a ver a conduta de todos os conselheiros, porque tem muita coisa fora do lugar, tem muito impedimento, e quem está sentado ali percebe e vê. E para encerrar a palavra que eu mais ouvi, devo ter ouvido da boca de quase todo mundo que falou, foi governança, que não temos governança. O próprio Germano falou que tem um problema de governança, que precisamos rever esse processo, porque tem um problema de governança. Nós temos um processo de licença que é tri, e se garante a participação da sociedade inteira. A intenção disso é ter governança. Então se você tem, por exemplo, uma parte dessas partes que participam, que foram previstas, inclusive, para garantir governança, dizendo uma coisa, a gente tem que começar a levar em consideração, por exemplo, tudo que a Teca disse em todos os conselhos em que ela está. Se não estamos ouvindo realmente tudo que previmos para garantir governança, aí depois vamos falar ‘não tem governança’. Não vai ter. Porque, se você prevê que vai ter a governança, precisa ter todas as partes, e aí você tem que ouvir, de fato, todas as partes, averiguar, de fato. Aí dá para ter governança, porque governança é isso, é ouvir também a sociedade civil, que, inclusive, nesse caso, eu acho que foi a que mais contribuiu no antes. O representante dos funcionários da SEMAD leu uma moção aqui agradecendo o Germano, apoiando o Germano e tal. Eu acho que o terceiro parágrafo falava assim: ‘porque aí vamos começar com a guilhotina, a caça às bruxas’. Todo mundo que está sentado ali está entendendo qual é o discurso de vocês, e ficou bem claro qual é a caça às bruxas aqui. A que este Estado, que não houve a sociedade civil, que não tem competência para fiscalizar as empresas, que perdeu o controle de vários setores da economia, fazer isso que vocês estão fazendo aqui hoje?” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Antes de apresentar a moção, eu queria fazer dois comentários. O companheiro da Abes, quando fala a respeito de tecnologias para resíduos sólidos, eu fico pensando o seguinte. Tem jeito de desenvolvermos várias tecnologias mais avançadas, só que nós estamos usando a mais curraleira, vamos dizer, que é o aterro sanitário. Só que esse discurso nesse ponto está fora de foco. Eu fui secretário de meio ambiente e serviços urbanos em três administrações municipais. Ninguém fala na taxa de coleta de lixo que a prefeitura cobra na minha cidade, que é R$ 10 por ano, por residência. Aí

eu te pergunto: que tecnologia você vai desenvolver com um valor desse? Então isso tem que ser mudado. E como se diz público, que tem valores, tem que ser outra história. Então eu acho que nós não podemos esquecer isso. Outra questão, a menina que falou, a Jeanine, eu fiquei incomodado que ela falou que todo mundo aqui, 'vocês, vocês, vocês'... Eu não sei por que ela não conhece a nossa luta de 40 anos, de base, de trabalho de base. Tem alguns aqui que conhecem. E até agora a única voz que eu escutei dessa história da Vale em Brumadinho levantando, colocando a discussão no foco, foi a minha, na Assembleia, na última audiência, e aqui hoje pelo vice-governador. A única história, quando eu disse para o vice-governador que a SEMAD é a segunda maior arrecadação do Estado e que a SEMAD está toda sucateada, que o Estado brasileiro acabou, o IGAM com 80 técnicos, e o recurso da SEMAD caiu no caixa único, e não tem recurso para um funcionário do IGAM ir a uma reunião do CBH Paracatu, por falta de recurso. Então nós temos que puxar por esse foco e cobrar que o Estado fortaleça o Estado, que o governo fortaleça o Estado. Eu não posso aceitar mais aqui, Anderson, que tenhamos uma SEMAD arrebentada, precisando de estrutura. E a cada dia que passa eu tenho certeza que Noraldino, quando falou aqui para mandar para nós a reforma administrativa, é porque ele viu que tem problema na reforma com relação ao Sisema. Eu tenho certeza absoluta, eu não vi isso, mas tenho certeza de que ele ficou com a pulga atrás da orelha. Então nós temos que puxar o foco para fazer com que o Estado cumpra seu papel, sim, para fortalecer o Sisema, porque senão isso aqui tudo vai acabar, porque o Estado que é o grande culpado pelo que aconteceu com esses desastres todos. Porque se o Estado dá um alvará de funcionamento e não acompanha a LP, a LO e a LI do empreendimento, deixando tudo na mão das empresas, nós nunca vamos ter a tranquilidade que nós precisamos ter. Se eu estiver enganado, vocês me desculpem, mas isso é a visão de um ativista proativo, porque eu não vou ficar aí descendo a ripa em todo mundo." Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: "Como todos já conhecem o Regimento ou aqueles que estão aqui presentes que não conhecem, a reunião é pública, a pauta é publicada com antecedência no site da SEMAD, e aqueles que chegaram antes do início da reunião fazem inscrição no livro, que é este que está aqui nas minhas mãos, e têm direito de fazer fala, conforme o Regimento. As falas são livres também, e toda pessoa tem responsabilidade com aquilo que fala: responsabilidade civil, responsabilidade criminal. E cada um que se sentir de alguma forma desacatado, como a reunião é pública, e a sua gravação também é, a sua ata também é pública, então todo mundo é responsável por aquilo que fala. No que se refere à SEMAD e ao que foi falado de uma forma depreciativa, nós temos uma noção muito real do trabalho que vem se desenvolvendo, principalmente nos últimos dois anos, quando o Dr. Germano assumiu a Secretaria, e eu, logo junto com ele, como secretário adjunto, nós temos uma dimensão muito exata do trabalho que foi realizado, do cenário que era anteriormente, do ponto em que nós estamos e o que o planejamento vai nos levar. Então obviamente as falas foram realizadas, e nós vamos analisar tudo

aquilo que é colocado.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu fui instigado pelo conselheiro anterior a falar, e gosto disso. Primeiro porque sempre que eu posso e aonde estou discutir a questão de resíduos eu faço questão, porque milito nessa área há muito tempo. E vou responder o seguinte, conselheiro: o cidadão que paga R$ 10 por ano para tratar seus resíduos está deixando para gerações futuras o custo do resto. Primeiro ponto. Segundo ponto: o populismo na política faz com que isso aconteça, porque os prefeitos também não assumem a colocação dos custos reais para a população, ou seja, fazem populismo com a política de resíduos. Isso impede que as tecnologias e o processo tecnológico evoluam nessa área. E a segunda coisa é falta de responsabilização do cidadão com a questão de resíduo: o resíduo é meu, não é do Estado. Em primeiro lugar, ele é de quem produz. A partir da hora que a sociedade assumir a questão de resíduos para si, nós vamos ter uma melhoria nesse sentido. Eu não tenho dúvida disso. E isso eu não estou falando por política ou por qualquer coisa. Eu sou técnico da área, estudo isso e sei que é assim. Só assim que vamos resolver essa questão. E sobre a última fala, que eu esqueci o nome da pessoa, eu quero dizer o seguinte: a vida da gente, pregressa, diz o que a gente é, eu não preciso dizer mais nada, e cada um assim responde pela sua vida. E eu tenho total tranquilidade da minha ação em todos os conselhos de que participei: Comam, Conselho de Habitação, Comusa, COPAM. Então eu estou muito tranquilo, eu durmo muito bem todas as noites, com muita tranquilidade, muita mesmo.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Sobre a questão da disponibilização dos dados, eu queria ressaltar que o Estado é o único Estado que tem esse cadastro de estruturas, disponibiliza todas as informações básicas das estruturas, tem as suas estruturas georreferenciadas. Elas constam da IDE do Sisema. Eu queria esclarecer também com relação à questão de metodologia. Eu acho que as pessoas têm que se inteirar sobre as legislações e sobre as regras de cada um dos órgãos. Cada um dos órgãos segue uma regulamentação específica, que traz características diferentes. Então a compatibilidade das listas tem que ser olhada sob esse ponto de vista, não dá para pegar uma lista e achar que ela vai ser igual a outra se o critério é diferente. E o critério não é o órgão que criou, o critério está na lei, está na regulamentação. Então nós temos que seguir aquilo. A comparação, nós estamos abertos a toda essa questão, tanto que disponibilizamos esses dados. Se a universidade quiser trazer alguma informação importante, nós estamos à disposição. E eu acho que é isso, é bom que as pessoas entendam a questão e estejam aqui também para discutir. Porque a primeira parte do discurso foi que as pessoas não estão aqui, e quando vamos fazer os esclarecimentos devidos à fala das pessoas elas também não estão aqui. Então eu acho que temos que registrar isso. E trazemos esses esclarecimentos.” **Apresentação e deliberação de proposta de moção do Plenário do COPAM**. Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: “‘O Conselho Estadual de Política Ambiental, no uso das atribuições que conferem o artigo 19 do Decreto 46.953, de 19 de fevereiro de 2016, e o artigo 5º, inciso IV, da Deliberação Normativa COPAM 177, de 22 de agosto de 2012, aprovou, na

reunião realizada no dia 13 de março de 2019, no município de Belo Horizonte, a seguinte moção. Considerando o pronunciamento do presidente Jair Messias Bolsonaro em suspender o Programa Nacional de Conversão de Multas Ambientais do Ibama, previsto na Lei de Crimes Ambientais 9.605/1998, aperfeiçoado pelo Decreto 9.179/2017, regularizado pela Instrução Normativa Ibama 06/2018, efetivada pelo Chamamento Público SEMAD nº 01/2018, que prevê ações de recuperação de áreas produtoras de água em dez Bacias Hidrográficas mineiras que compõem as cabeceiras do rio São Francisco, resolve: solicitar à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e ao governo do Estado de Minas Gerais que façam todas as gestões para que a Instrução Normativa Ibama 06/2018 e o Chamamento Público SEMAD 01/2018 em referência tenham os seus efeitos mantidos e sua integralidade. Belo Horizonte, 13 de março de 2019. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental.' O Tonhão como proponente. Os conselheiros têm alguma dúvida?" Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "A minha dúvida é se o presidente teria se manifestado dessa forma, porque parece que foi o contrário. Tonhão, você é favor da conversão. Está falando que o presidente se manifestou contra a conversão. A notícia que eu tenho é que ele é favorável, outros setores da política é que estão contra a conversão." Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: "Vamos olhar o texto aqui, o que está escrito. É uma moção dirigida à Abema, Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente, e ao governo do Estado de Minas Gerais, para que façam todas as gestões para que se mantenha a instrução do Ibama de chamamento público. Então essa moção é dirigida ao presidente da Abema, que, por coincidência, é o Dr. Germano, neste mandato, e ao governo do Estado de Minas Gerais. Os destinatários da moção são estes dois: o presidente da Abema e o governo do Estado de Minas Gerais, naquele que compete. Então não está indo direto ao presidente da República." Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Então eu acho que nós temos que tirar o presidente da República desse trem aí." Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: "A proposta do Carlos Alberto é retirar o 'considerando' que fala do pronunciamento do presidente da República, por ele não ter certeza, neste momento, de que houve tal pronunciamento." Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: "Eu acho que o 'considerando' poderia permanecer, mas de uma forma mais proativa no sentido de 'considerando a importância do programa'. Talvez até a minha sugestão não é nem considerando a possibilidade, é colocando uma coisa importante, 'considerando a importância da conversão das multas ambientais'. Eu acho que seria algo mais proativo nesse sentido." Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: "Então a proposta da conselheira Virgínia é ter a seguinte frase no primeiro 'considerado'. Ficaria da seguinte forma: 'Considerando a importância do Programa Nacional de Conversão de Multas Ambientais do Ibama, previsto na Lei de Crimes Ambientais 9.605, aperfeiçoado pelo decreto, efetivado pelo chamamento público', e continua o

texto. Então retirou ‘o pronunciamento do presidente da República em suspender o programa’ e colocou ‘pela importância que o programa tem’”. Tonhão, você que é o proponente está de acordo com a proposta da conselheira Virgínia? Alguma outra contribuição?” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Eu tinha essa dúvida também, porque construir um texto baseado em uma dúvida se houve, eu acho que, para virmos às reuniões do Plenário do COpam, Tonhão, valorizando, claro, a sua proposta, é importante, por exemplo, ‘pronunciamento’, então colocar ali direitinho, discriminado, para que não haja nenhuma. Eu estou demonstrando conforme na CNR acontece. Porque se trazemos à CNR – é um exemplo – uma construção de um texto, nós fazemos o embasamento direitinho só para não ficar nenhuma dúvida.” Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: “Então está de acordo com o texto, capitão?” Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: “Sim, agora, porque a gente não está referenciando. Nós estamos referenciando a importância do programa. Não dá para saber se houve pronunciamento ou não.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “É o seguinte. Essa moção foi apresentada e aprovada aqui pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Nós só copiamos, colamos e tiramos ‘Conselho Estadual’ e colocamos ‘COPAM’. Então exatamente para o pessoal ver o que acha melhor, porque isso foi ideia nossa na época.” Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: “Mas com o texto agora você está de acordo?” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Estou de acordo, embora eu acho que eles não vão resolver isso mesmo.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Só um preciosismo. Eu acredito que o conselheiro Tonhão tenha colocado entre aspas porque estava se referindo a uma fala do presidente. Nesse caso então o texto não tem aspas.” Presidente suplente Anderson Silva de Aguilar: “Perfeito. Então eu vou tirar as aspas. Ok. Todos de acordo com o texto? De acordo na leitura, porque temos que fazer a votação. Podemos colocar em votação? Então em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovada a moção.” **6) REGRAMENTO PARA SEGURANÇA DE BARRAGENS DE ÁGUA EM MINAS GERAIS. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)**. Item sobrestado para a próxima reunião. **7) LICENCIAMENTO AMBIENTAL 100% DIGITAL. Apresentação: SEMAD**. Item sobrestado para a próxima reunião. **8) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Anderson Silva de Aguilar agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Anderson Silva de Aguilar
Presidente suplente do COPAM